

ESTUDOS INTEDISCIPLINARES EM CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE

ISSN 2447-7826




editora
EMESCAM


Santa Casa
de Vitória


emescam

**Estudos Interdisciplinares em
Ciências Sociais e da Saúde**

Interdisciplinary Studies in Social Sciences and Health

Edição suplementar 1 – v.1, n.1, 2020.

I Mostra de Trabalhos do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM - 1º semestre de 2021.

CORPO EDITORIAL

Dr. Valmin Ramos da Silva

Dra. Maria Carlota de Rezente Coelho

Dra. Maressa Cristiane Malini de Lima

Dra. Gissele Carraro

SUMÁRIO

001 - AÇÕES INTERSETORIAIS ENTRE OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES	
Zileidi Santos Faria Souza, Maristela Dalbello-Araujo	10
002 - GESTÃO DO TRABALHO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (2003 – 2015)	
Jony Alves Evaristo, Maristela Dalbello-Araujo	12
003 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE PRESIDENTE KENNEDY, ES	
Luzia Tavares Jordão, Gissele Carraro	13
004 - POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POPULAÇÃO IDOSA EM PRESIDENTE KENNEDY, ES: EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
Elizaura Barcelos Matias da Silva, Gissele Carraro	14
005 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: POLÍTICA PÚBLICA IMPRESCINDÍVEL AO PLANEJAMENTO URBANO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
Ana Lúcia Maitan Cruz, Gissele Carraro	15
006 - REGULAÇÃO EM SAÚDE E A PROMOÇÃO DE EQUIDADE NO ACESSO A ASSISTÊNCIA EM PRESIDENTE KENNEDY/ES	
Ana Paula Balduino Silva Duarte, Maressa Cristiane Malini de Lima	16
007 - A INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM FOCO NO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Deivisson Souza Jordão, Maressa Cristiane Malini de Lima	17
008 – QUALIDADE DA ÁGUA E INFRAESTRUTURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY: UMA ANÁLISE A LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Fabricio Cordeiro da Cruz, Maressa Cristiane Malini de Lima	18
009 - AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA A PROMOÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO	
Igor Junior das Neves Borges, Maressa Cristiane Malini de Lima	19

010 - POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO CONTEXTO ESCOLAR: EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Anicéia Alves de Almeida de Freitas, Angela Maria Caulyt Santos da Silva 20

011 - MORTALIDADE E ANOS POTENCIAIS DE VIDA PERDIDOS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Bianca Nunes Burguez, Eliane de Fátima Almeida Lima, Italla Maria Pinheiro Bezerra, Maria Carlota de Rezende Coelho 22

012 – SÍNDROME DE BURNOUT E A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

Pablo Alves de Souza, César Albenes de Mendonça Cruz, Renato Almeida de Andrade e Maria Carlota de Rezende Coelho 23

013 - A RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E A VALORIZAÇÃO DA DIMENSÃO ESPIRITUAL DOS PACIENTES RENAI CRÔNICOS

Elisabete Sales Santos, Maria Carlota de Rezende Coelho 25

014 - PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS SOBRE OS EFEITOS DA EQUOTERAPIA PARA A SAÚDE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Joice Kelli Mendes Viana Baiense, Solange Rodrigues da Costa Nascimento, Roberta Ribeiro Batista Barbosa 27

015 – DETERMINANTES SOCIAIS DA PREMATURIDADE NA REGIÃO SUL DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Gilbania Rafael Landi, Gustavo Carreiro Pinasco, Janine Pereira da Silva 28

016 – AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE DO SUL DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Helen Amaro Fernandes, Janine Pereira da Silva 29

017 – AVALIAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS PRÁTICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY - ES

Janaina Stulzer Nalesso, Janine Pereira da Silva 30

018 - QUALIDADE DE VIDA DE PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIABETES: INTERFACES COM AS POLÍTICAS DE SAÚDE

Lani Tognery Silva, Janine Pereira da Silva 31

019 - POSSÍVEIS LACUNAS NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	
Thais Theodoro Mourad, Helder Gomes	32
020 - INCENTIVO À EDUCAÇÃO COM RECEITA DE ROYALTIES EM PRESIDENTE KENNEDY	
Karem Martins Campos, Helder Gomes	33
021 - CONTRIBUIÇÃO DO TRANSPORTE GRATUITO PARA LOCOMOÇÃO DE RESIDENTES EM PRESIDENTE KENNEDY	
Márcia Valéria Barcelos Matias, Helder Gomes.	34
022 - OS EFEITOS DA APLICAÇÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO PARA A INFRAESTRUTURA VIÁRIA EM PRESIDENTE KENNEDY	
Sheyla Bahiense Mussi	35
023 - AGREGAR QUALIDADE À SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL POR MEIO DA AUDITORIA EM SAÚDE	
Mezaque da Silva José Rodrigues, Helder Gomes	36
024 - DEPRESSÃO EM IDOSOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	
Alcyr Leal Cândido, Janice Gusmão Ferreira de Andrade	37
025 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
Isabela Vilela Terra, Maressa Cristiane Malini de Lima	38
026 - UM OLHAR SOBRE O SERVIÇO DE REABILITAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UM MUNICÍPIO NO SUL DO ESPÍRITO SANTO	
Juliana Peçanha Piassi, Maressa Cristiane Malini de Lima	39
027 - ASPECTOS CLÍNICOS E DETERMINANTES SOCIAIS ASSOCIADOS A EVOLUÇÃO PARA ENCEFALOPATIA HIPÓXICO ISQUÊMICA EM RECÉM-NASCIDOS EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	
Maxwell Pena Wotikosky, Maressa Cristiane Malini de Lima	40
028 - A VIDA COM AME: DESAFIOS NO ACESSO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO EM SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DO SUL CAPIXABA	
Milla Mayra Neto Fontana, Maressa Cristiane Malini de Lima	41

029 - A INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM FOCO NO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Deivisson Souza Jordão, Maressa Cristiane Malini de Lima	42
030 - POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL DE PRESIDENTE KENNEDY-ES: REFLEXÕES A PARTIR DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Priscilla de Sousa Araújo Jordão, Maressa Cristiane Malini de Lima	43
031 - QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS PORTADORES DE LESÃO DEGENERATIVA DO OMBRO	
David Victória Hoffmann Pádua, Maria Carlota de Rezende Coelho	44
032 - SITUAÇÃO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA DE PRESIDENTE KENNEDY DE ACORDO COM O SISTEMA DE INDICADORES DE SAÚDE E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS	
Keila Rossi Franzagua, Luciana Carrupt Machado Sogame	45
033 - JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE FRENTE AO DEVER DO ESTADO EM MUNICÍPIO SUL CAPIXABA	
Lara de Melo Viana, Gissele Carraro	46
034 - DESAFIOS PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE EM UM MUNICÍPIO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO	
Brenda Carvalho Damascena, Roberta Ribeiro Batista Barbosa, Solange Rodrigues da Costa	48
035 - ACESSO AO TRATAMENTO ONCOLÓGICO DE PACIENTES COM CÂNCER COLORRETAL ATENDIDOS EM HOSPITAL DE REFERÊNCIA DA REGIÃO SUL-CAPIXABA	
Jose Zago Pulido, Sabina Bandeira Aleixo, Luciana Carrupt Machado Sogame	49
036 - IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE RASTREAMENTO DE MULHERES COM CANCER DE COLO UTERINO	
Sabina Bandeira Aleixo, Jose Zago Pulido, Luciana Carrupt Machado Sogame	50
037 - ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL EM MUNICÍPIO PEQUENO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UM CAPS	
Patricia da Cruz Bento Gava, Sílvia Moreira Trugilho	51
038 - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE: LIMITES E DESAFIOS	
Micheline de Almeida Terra Melo, Janice Gusmão Ferreira de Andrade	52

039 - ACESSO A MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS: ANÁLISE À LUZ DE UM RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO SUS

Daniel Antunes Campos de Sousa, Italla Maria Pinheiro Bezerra 53

040 - CONCEPÇÕES SOCIAIS SOBRE A UTILIZAÇÃO DE UM PARQUE URBANO EM PRESIDENTE KENNEDY, ES, REFERENTE AO SIMPÓSIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Leonardo Furquim Fernandes, Gissele Carraro 54

041 - ATRASOS DAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY: UM DESAFIO PARA O GESTOR PÚBLICO

Maria Andressa Fonseca Silva Freire, Helder Gomes 55

042 - PARÂMETROS DO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE RAÇÃO E OS DEMAIS POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Renato Carlos Gomes, Helder Gomes 56

043 - FRAGILIDADES DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA PARA FINANCIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

Edilene Paz dos Santos, Helder Gomes 57

001 - AÇÕES INTERSETORIAIS ENTRE OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Zileidi Santos Faria Souza, Maristela Dalbello-Araujo

As Políticas Públicas são definidas como uma série de ações e programas desenvolvidos pelo governo federal, estadual, municipal e distrital, visando garantir o bem-estar da sociedade civil organizada. Essas ações serão desenvolvidas de acordo com as prioridades, a fim de alcançar os objetivos do interesse público, sendo que as demandas da sociedade são apresentadas aos dirigentes públicos através de grupos organizados que inclui sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs. As políticas públicas constituem o conjunto de objetivos, decisões e ações que leva a cabo um governo para solucionar os problemas que, em determinado momento histórico, os cidadãos e o próprio governo consideram prioritários. Uma das políticas públicas mais importantes do Brasil, na área da saúde, foi a criação do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). O SUS é um conjunto de serviços e atendimento à saúde que abrange todo país, dispendo sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da coletividade. O sistema tem o objetivo de atender todos com base em alguns princípios: Integralidade, Universalidade e Equidade. Também temos da participação da comunidade, através da participação em conselhos de saúde e conferências públicas para a organização do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE no território nacional. A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados (no caso dos ACS's, nas microrregiões), pelos quais assumem a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Na Atenção Básica temos o Programa Saúde da Família, criado em marco de 1994, com objetivo de promover mudanças no modelo da Atenção Básica. A ESF apresenta bons resultados de transformação da realidade, com base no planejamento territorial, na ampliação de participação social, no desenvolvimento das ações e serviços, inclusão e integração das populações vulneráveis, de acordo com os princípios do SUS apoiada nos atributos da Atenção Primária à saúde. A ESF é composta de um médico, um enfermeiro, um técnico em enfermagem e cinco agentes comunitários de saúde. Este profissional, o agente comunitário de saúde (ACS) é uma figura muito importante na implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), porque irá fortalecer a integração entre os serviços da Atenção Primária à Saúde e a comunidade, e como uma de suas atribuições o ACS deve desenvolver ações intersectoriais. A Intersetorialidade é entendida como uma nova maneira - ou uma maneira ainda não prontamente estabelecida na prática, mas já delineada no campo teórico - de planejar, executar e controlar as prestações de serviços garantindo acesso igual aos serviços e garantia de boa qualidade de vida, onde os usuários serão inseridos nas ações de acordo com suas necessidades. É através da intersectorialidade que se define, conjuntamente, quais os tipos de ações e intervenções que deverão ser realizadas. A ação intersectorial traz como imperativo a construção de objetos de intervenção comuns entre diferentes setores, com vistas à consecução de planejamento integrado para o enfrentamento de problemas prioritários identificados. As ações intersectoriais desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde são: Estabelecer parcerias com creches, asilos, escolas, comerciantes, grupos sociais, ação de inclusão social, onde orienta à família de portadores de necessidades especiais quanto à medida que facilita para sua inclusão social; Ação de participação social; Participação de reuniões de

conselho local de saúde ou de outros conselhos existentes no município. Considera-se que o processo saúde-doença é resultante dos determinantes sociais econômicos, culturais, étnicos, raciais, psicológicos e comportamentais que podem contribuir para o aparecimento de doenças e fatores de risco para a população. Deste modo, as ações intersetoriais correspondem a múltiplos atores sociais envolvidos, neste processo, principalmente no que se refere a execução das políticas públicas, a intersetorialidade possibilita a articulação de saberes técnicos, já que os especialistas em determinada área passaram a integrar agendas coletivas e compartilhar objetivos comuns em diversos campos do saber. Dessa forma planejamos realizar uma pesquisa cujo objetivo é identificar quais ações intersetoriais são desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde no município de Presidente Kennedy – ES, descrever os aspectos principais das atividades dos ACS e Investigar as principais dificuldades que os ACS se deparam em realizar ações intersetoriais. Nesse sentido, a proposta de estudo possibilitará a aprofundar os conhecimentos adquiridos na área de atuação dos ACS's, a partir de um estudo panorâmico dos diversos cenários enfrentados pelos trabalhadores aqui destacados – ACS's, especificamente para o implemento de políticas públicas de saúde, na atenção básica, com ações intersetoriais conforme a resolução n.º 648/2006 do Ministério da Saúde. Diante disto a população do município pode ser beneficiada, pois a proposta de estudo permitirá a realização de estudos futuros e de ampliar e melhorar o trabalho realizado.

Palavras-chave: Ação intersetorial. Agentes comunitários. Políticas de saúde.

002 - GESTÃO DO TRABALHO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (2003 – 2015)

Jony Alves Evaristo, Maristela Dalbello-Araujo

A Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) é responsável por formular políticas orientadoras da gestão, formação e qualificação dos trabalhadores do sistema único de saúde, assim como da regulação profissional. A SGTES é estruturada em três departamentos: da Gestão da Educação na Saúde (DEGES), da Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde (DEGERTS) e de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde (DEPREPS). Esta pesquisa teve o objetivo de analisar os modelos de gestão do trabalho propostos no período de 2003 a 2015, através dos relatórios de gestão. Foi realizada análise documental de aproximadamente três mil páginas de relatórios, a partir do site oficial do Ministério da Saúde. A análise detectou vários modelos de gestão praticados pelas a SEGTS: Gestão com foco em processos, Gestão de pessoas, Gestão com foco em resultados, Gestão por competências, Gestão democrática, Gestão por Meritocracia e Gestão por cadeia de valor. Também identificou as ferramentas de gestão utilizadas para viabilizar tais modelos: Processo educativo em negociação do trabalho no SUS, qualificação da gestão do trabalho no SUS, oficina de desprecarização do trabalho no SUS, pesquisa sobre situação da precarização do trabalho na estratégia saúde da família, atividade de cooperação técnica internacional, negociação do trabalho em saúde, implantação das mesas estaduais e municipais de negociação permanente do SUS, oficina de trabalho para elaboração de propostas, oficina sobre gestão do trabalho, indicadores de gestão e evolução de gastos gerais, monitoramento e avaliação de resultados e indicadores utilizados, oficina de capacitação de multiplicadores do inforSUS, sistemas de informação em gestão do trabalho em saúde no SUS, elaboração de protocolos, negociação do trabalho no SUS. Conclui que a SGTES através de seus departamentos DEGERTS e DEPREPS, constituiu-se como uma aposta do ministério da saúde e uma conquista para a gestão do trabalho e para os profissionais da saúde, propondo um amplo processo de formação e qualificação dos profissionais de saúde e de regulação profissional no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, encontrando soluções de execução nacional para uma política de educação permanente em saúde em uma escala até então não experimentada.

Palavras-chave: Gestão. Gestão do Trabalho. Gestão Hospitalar.

003 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE PRESIDENTE KENNEDY, ES

Luzia Tavares Jordão, Gissele Carraro

O presente trabalho faz parte da pesquisa de mestrado e consiste em analisar como se constitui a participação social no Programa de Habitação Popular do Município de Presidente Kennedy, com o intuito de verificar como esse processo social contribui para que as ações do poder público atendam às necessidades habitacionais da população e para o aprimoramento da política pública. Conforme o relatório elaborado pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, cerca de 33 milhões de brasileiros não têm onde morar, mesmo com iniciativas do governo federal, como o programa Minha Casa Minha Vida, o problema tem se acentuado, ademais a falta de habitação intensifica o número de ocupações em cortiços, loteamentos irregulares, favelas. No ano de 2017, um conjunto de 2,6% da população residia em domicílios com essa inadequação, percentual que equivalia a 5,4 milhões de pessoas e 1,6 milhão de domicílios (IBGE). Conforme os dados estatísticos em 2017, 4,9% da população – 10,1 milhões de pessoas, em 3,8 milhões de domicílios. Entre os domicílios alugados (que representavam 17,6% dos domicílios brasileiros), 31,1% encontravam-se nessa situação (IBGE, 2018). Nesse sentido, a habitação figura como objeto de luta por sua efetivação como direito social coletivo, logo, supõe a participação social dos diferentes segmentos da sociedade na definição, no planejamento, no acompanhamento, na avaliação e na fiscalização da oferta de ações e dos recursos financeiros destinados aos serviços, programas, projetos e benefícios. Acredita-se que a participação social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano contribui para a construção de um processo de mudanças, a proposição de um espaço para expressar os conhecimentos e demandas, em defesa de um interesse comum, da implementação das políticas públicas que assegurem a materialização de direitos historicamente conquistados. Outrossim, a participação social envolve a produção e socialização de informação, com a constituição de canais de participação, espaços de negociação de conflitos e momentos de pactuação, processo de mobilização social e fortalecimento da sociedade civil que passa a exercer papel central na democratização do Estado e das instituições. Como se sabe, a Constituição Federal de 1988 consagrou mecanismos participação política popular direta e de controle social. Porém, a participação social na gestão democrática das cidades estabelecida no aparato legal não tem sido garantida, em grande parte dos planos diretores municipais, observa-se escassa atuação popular na elaboração, execução e fiscalização do cumprimento do direito à moradia, porque se trata de um fenômeno complexo e contraditório. Sendo que a efetivação da participação social depende de condições objetivas e subjetivas, haja vista a estrutura econômico-social e política, a cultura política que condiciona e determina a importância do papel da sociedade e da constituição de sujeitos políticos capazes de interferir nas decisões do poder público, tendo em vista atender diferentes necessidades sociais, como é o caso da moradia. Na análise documental efetuada, um dos fatores relevantes é a não realização de conferências, audiências públicas, não divulgação de material informativo acerca das atividades do Conselho, como forma de participação e controle social, e substituição recorrente dos membros do Conselho.

Palavras-chave: Controle Social. Participação Social. Habitação. Política Pública.

004 - POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POPULAÇÃO IDOSA EM PRESIDENTE KENNEDY, ES: EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Elizaura Barcelos Matias da Silva, Gissele Carraro

O presente trabalho compõe a proposta de pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar os serviços socioassistenciais de alta complexidade da política pública de assistência social aos idosos do município de Presidente Kennedy, ES com o intuito de apreender como suas demandas e necessidades sociais são atendidas, contribuindo com subsídios para gestores e trabalhadores da área. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2015 mostra o crescimento da população idosa, que em 2004 era de 9,7% e em 2015 atingiu 14,3%. Esse indicador segue a mesma tendência nas Regiões Sudeste e Sul, as quais registraram os maiores percentuais de idosos (15,7% e 16,0%, respectivamente), mostrando o envelhecimento da população. O texto constitucional de 1988 e o Estatuto do Idoso de 2003 direcionam para direitos fundamentais para os idosos, entre eles a assistência social. A política pública de assistência social tem como um de seus objetivos a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, conforme expõe a Lei Orgânica de Assistência Social (1993). Por sua vez, prevê a oferta de benefícios, dos serviços, dos programas e dos projetos. Destacam-se, os serviços, organizados por níveis de complexidade, conforme estabelece a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009): proteção social básica, com ações de caráter preventivo, protetivo e proativo; proteção social especial de média e alta complexidade, com ações são de caráter protetivo e proativo. Na análise documental utilizada para a pesquisa, verificou-se que Presidente Kennedy, ES dispõe do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e de rede referenciada para oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos (os) com 60 anos ou mais nominado Núcleo dos Idosos (Sede e Marobá). Também, possui o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, o qual atende situações de violência física, negligência ou abandono de idosos (os). Frisa-se, que as pessoas idosas têm requisitado o serviço de acolhimento institucional nas situações em que não há condições para permanecer com a família, por vivência de violência e negligência, situação de rua e de abandono, vínculos familiares fragilizados e rompidos. Como Presidente Kennedy não dispõe de instituição pública que presta esta modalidade de serviço, tem realizado Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada para acolher as (os) idosas(os) de ambos os sexos, no sentido de atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social. O Pregão Público supõe a contratação de terceiros pela Administração Pública para execução de atividades consideradas acessórias ou auxiliares ao alcance de sua missão institucional de atender aos interesses da coletividade. Por fim, frisa-se que nem sempre o ente estatal dispõe de equipamentos públicos e, por vezes, entidades sem fins lucrativos que possam executar os serviços socioassistenciais de alta complexidade, devido ao porte populacional e as requisições que envolvem constituir um serviço próprio desta modalidade.

Palavras-chave: Política Pública. Assistência Social. População Idosa. Pregão.

005 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: POLÍTICA PÚBLICA IMPRESCINDÍVEL AO PLANEJAMENTO URBANO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ana Lúcia Maitan Cruz, Gissele Carraro

O trabalho integra a proposta de pesquisa de mestrado, que visa analisar como está constituída a regularização fundiária urbana de interesse social e suas implicações no planejamento urbano e desenvolvimento das cidades do Espírito Santo, com vistas a subsidiar futuras políticas habitacionais, contribuindo com produção de conhecimentos. Nesse sentido, é preciso constar que a questão urbana e o direito à cidade constituem-se em demandas da população ao longo da formação sócia histórica brasileira e seu desenvolvimento, marcada por uma estrutura fundiária privada, sendo a concentração de terra, de renda e de riqueza características das desigualdades sociais persistentes na contemporaneidade. Soma-se a isso, a crescente migração da população do campo para a cidade que resultaram em conflitos, decorrentes das formas e ausência de planejamento urbano e de políticas públicas econômicas e sociais voltadas para a satisfação de necessidades. Dessa forma, o reconhecimento da necessidade de ações sistemáticas e contínuas perante a problemática da questão urbana e do direito à cidade supõe leitura da realidade. O Censo Demográfico de 2010 mostrou uma população residente de 190.755.799 de habitantes, dos quais 160.925.804 (84%) vivem em áreas urbanas; 44 milhões de domicílios urbanos; 6.329 ocupações irregulares para fins de habitação (favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, mocambos, palafitas); cerca de 28% das prefeituras declararam a existência de favelas em seus municípios; 46% das prefeituras declararam a existência de 63 mil loteamentos cadastrados e foram constatados que em 506 municípios existem algum tipo de programa de regularização fundiária.. Além disso, mais de 11 milhões de pessoas vivem em moradias inadequadas, precário abastecimento de água, esgoto, coleta de lixo. Com isso, as respostas do poder público frente às necessidades habitacionais que afetam os indivíduos e coletividades têm resultado na formulação de políticas públicas de regularização fundiária urbana de interesse social. Nessa direção, o Estado do Espírito Santo implementou, em 2016, o programa “Morar Legal”, por meio do Decreto 3977-R com o objetivo de orientar ou protagonizar as intervenções inerentes à regularização fundiária, garantindo a permanência das pessoas no local onde residem de forma regular, em conformidade com a legislação e sem ônus. O programa atua em 2 eixos: 1- Apoio aos municípios envolvendo capacitação e assessoria técnica; 2 – Promoção da regularização de núcleos habitacionais em áreas do Governo do Estado. Na revisão bibliográfica efetuada, vários estudos apontam como uma das dificuldades para a implementação da política pública de regularização fundiária, integrada ao planejamento urbano, está no fato de não contemplar fatores socioeconômicos, ambientais, espaciais e institucionais da realidade nas cidades brasileiras, que são determinantes nas condições de acesso à terra e à moradia, bem como para atender as demais necessidades da população. Desse modo, entende-se que a implementação de processos permanentes de planejamento participativos, integrando a regularização fundiária com as políticas públicas de habitação, saneamento e mobilidade urbana são essenciais para a gestão democrática das cidades.

Palavras-chave: Política Pública. Regularização fundiária. Planejamento Urbano.

006 - REGULAÇÃO EM SAÚDE E A PROMOÇÃO DE EQUIDADE NO ACESSO A ASSISTÊNCIA EM PRESIDENTE KENNEDY/ES

Ana Paula Balduino Silva Duarte, Maressa Cristiane Malini de Lima

A pesquisa tem o objetivo de analisar a Política de Regulação Assistencial em um município no sul do Espírito Santo. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório de abordagem quantitativa e qualitativa por meio entrevista, observação de campo e análise de documentos oficiais. Serão entrevistados profissionais envolvidos na central de regulação do município de Presidente Kennedy. Será utilizado um questionário semiestruturado contendo perguntas relacionadas a capacidade de ofertas dos serviços e a vulnerabilidade de setor. Espera-se com este estudo conhecer as atividades desenvolvidas pela Central de Regulação do município em estudo e identificar as fragilidades do setor em relação aos padrões estabelecidos pela Política Pública de regulação e as normas estabelecidas pelos Protocolos de Regulação.

Palavras-chave: Regulação em saúde. Política pública de saúde. Equidade em saúde. Acesso aos serviços de saúde.

007 - A INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM FOCO NO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

Deivisson Souza Jordão, Maressa Cristiane Malini de Lima

A integralidade da assistência à saúde visa assegurar ao cidadão auxílio a todas as necessidades de saúde do ser humano, utilizando-se do Plano de Saúde para dirigir às áreas de atenção delimitadas a uma sociedade. Diante do questionamento sobre a utilização do Plano de Saúde para garantia da assistência a saúde, tem-se como objetivo desta pesquisa avaliar a garantia da integralidade da assistência à saúde estabelecida no Plano Municipal de Saúde de um município da região sul do Estado do Espírito Santo. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo de natureza qualitativa e quantitativa, com base em dados secundários e primários. Serão avaliados cinco documentos: as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do SUS; a consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; o Plano Municipal de Saúde; o Plano Anual de Saúde e o Relatório Anual de Gestão. Essa análise será realizada com auxílio de um roteiro de análise documental construído de acordo com os critérios propostos por Cellard (2008). Como resultado, espera-se contribuir com a formação da política pública de saúde, a fim de que as demandas e necessidades da sociedade sejam garantidas na perspectiva de seus direitos. Além de contribuir com a comunidade acadêmica e científica no aprofundamento do conhecimento sobre o tema em estudo.

Palavras-chave: Assistência Integral à Saúde. Planejamento em Saúde. Assistência à Saúde. Políticas Públicas de Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS).

008 – QUALIDADE DA ÁGUA E INFRAESTRUTURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY: UMA ANÁLISE A LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Fabricio Cordeiro da Cruz, Maressa Cristiane Malini de Lima

O consumo de água imprópria para humanos é umas das principais causas da morte de milhões de pessoas por doenças transmitidas, tendo como principais vítimas as crianças. Uma das formas de fiscalizar se a água consumida pela população atende ao padrão e às normas estabelecidas na legislação vigente se dá pelas ações de vigilâncias exercida pelas autoridades de saúde pública por meio do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA). O presente trabalho tem como objetivo avaliar a cobertura, infraestrutura, a qualidade e a vigilância dos padrões de segurança da água para consumo humano em um município no sul do estado do Espírito Santo – ES face às diretrizes da Política Nacional de Vigilância em Saúde. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo com análise quanti e qualitativa com base em dados coletados em documento oficiais (relatórios) da Secretaria Municipal de obra, Serviço públicos e habitação e IBGE. Os dados coletados na pesquisa documental serão submetidos à análise e interpretação por meio da técnica de análise de conteúdo, de acordo com a metodologia proposta por BARDIN (2011). Espera-se com essa pesquisa contribuir para o conhecimento sobre a oferta de água potável, situação de abastecimento e ações do programa VIGIAGUA. Desta forma, esses dados poderão ser utilizados como consulta para a tomada de decisões, que contemplem ações que favoreçam a melhoria das condições de abastecimento de água da população local, e também para a promoção de melhoria das condições necessárias ao bom desenvolvimento das ações do programa.

Palavras-chave: Água. Saneamento Básico. Abastecimento de água. Controle da Qualidade da Água.

009 - AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA A PROMOÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

Igor Junior das Neves Borges, Maressa Cristiane Malini de Lima

A garantia ao acesso universal e de qualidade ao saneamento básico no Brasil ainda é um grande desafio. A universalização do acesso aos serviços de saneamento básico é um objetivo prioritário das políticas públicas porque tem impactos relevantes para a saúde, meio ambiente e a cidadania. No Brasil, particularmente os serviços de distribuição de água potável e coleta e tratamento do esgoto sanitário, apresenta-se há muitos anos com um déficit no atendimento para a população brasileira tornando a discussão desse tema uma questão tão emergente e relevante devido as suas implicações na sobrevivência humana com dignidade. O objetivo deste trabalho é avaliar as políticas públicas de saneamento aplicadas pelo município de Presidente Kennedy-ES para promover a universalização ao acesso a esses serviços. O estudo será exploratório-descritivo com análise quanti e qualitativa, com base em dados coletados em documento oficiais (Plano de Saneamento Municipal), IBGE e DATASUS. Espera-se que esta pesquisa auxilie com dados para melhor compreender as ações e os investimentos nas políticas públicas de saneamento básico do município pesquisado, o que poderá contribuir para assegurar os direitos sociais aos mais frágeis e vulneráveis, melhoria da sua qualidade de vida e atração de investimentos para o seu desenvolvimento local.

Palavras-chave: Saneamento Básico. Políticas Públicas. Plano Municipal de Saneamento Básico. Universalização do Saneamento Básico.

010 - POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO CONTEXTO ESCOLAR: EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Anicéia Alves de Almeida de Freitas, Angela Maria Caulyt Santos da Silva

O novo paradigma educacional contempla a diversidade humana nas instituições escolares, ao abarcar concepções da educação inclusiva que potencializam políticas públicas, com vistas a uma educação que reconheça as diferenças e garanta os direitos humanos, como o acesso à educação que é direito incondicional para todos. A política pública para a educação dos negros (pretos e pardos) no contexto escolar é inclusiva? Objetivou-se mostrar por meio de uma linha de tempo, a educação brasileira à população negra; verificar como a escola se tornou, por muitos anos, uma instituição que difundiu o racismo; conhecer as causas teóricas que possibilitaram os negros construir instituições próprias de aprendizagem ao longo do tempo; analisar as condições atuais de ensino para os estudantes negros; idealizar novos cenários de ensino/aprendizagem para que esses alunos se sintam parte da escola. Pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com revisão de literatura: livros, artigos, dissertações e teses de 2016 a 2020, bem como legislações e bancos de dados. Passaram-se muitos anos entre a reforma educacional de Leôncio Carvalho (1879) que suspendia a proibição de escravos frequentarem escolas públicas e a Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas nas instituições federais de ensino a partir de uma delimitação econômica e étnico-racial, entretanto há muitos direitos a serem conquistados. O racismo estrutural é parte de um processo social, histórico, político e econômico com mecanismos para que pessoas ou grupos sejam preconceituosos. Visando promover a inclusão do negro em diversos setores (política, cultura e educação) o movimento negro fundou a Frente Negra Brasileira em São Paulo (1931) e o Teatro Experimental Negro, no Rio de Janeiro (1944). Ações afirmativas implantadas na educação brasileira como a Lei nº 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares a obrigatoriedade da temática História e Cultura da África e dos Povos Indígenas, que a sociedade reconheça as experiências, ações e vivências desses povos que durante muito tempo, foram apresentados de forma muito menosprezada. Embora a presença de negros em escolas do país tenha crescido nos últimos 10 anos, as diferenças raciais nos índices de educação ainda são frequentes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019): **Evasão** – entre jovens de 15 a 29 anos que não concluíram o ensino médio e não estudavam em 2019 era maior entre pretos e pardos (55,4%) do que entre brancos (43,4%); **Anos de estudo** – pretos e pardos têm menos anos de estudo (8,6), em média, se comparado aos brancos (10,4); **Reprovação** – é menor a proporção de pretos e pardos que estudam na série correta de acordo com a idade (85,8%). Entre alunos brancos, é de 90,4%; e, **Analfabetismo** – a falta de acesso à educação é mais frequente também entre negros. O índice daqueles que não sabem ler e escrever é maior na população negra (8,9%), do que na branca (3,6%). Segundo o Censo Escolar do Ministério da Educação (2019) a proporção de alunos pretos e pardos na Educação Básica em 10 anos, houve um aumento significativo do quantitativo dos alunos negros. Em 2009 tínhamos 28,06% e no ano de 2019 aumentou para 39,2. O percentual de alunos pretos e pardos no Ensino Superior subiu para 38,14%. Ainda assim, há desigualdades. Dos 3,2 milhões de alunos pretos e pardos na graduação em 2019, a minoria (882.977) estudava em instituições públicas. A maior parte, 2,3 milhões de alunos, estudava na rede privada. Conclui-se que pretos e pardos têm papéis sociais profissionalmente definidos na atual sociedade brasileira. Há um discurso que nega a nossa realidade, com justificativa que este país é mestiço e que por isso não existe preconceito racial. As ações afirmativas para a população negra e afrodescendente necessitam ter o máximo de engajamento para que as desigualdades sociais e raciais diminuam, ademais no Brasil, país no qual a maior parte da população se autodeclara preta ou parda, mas que perpetua reproduzindo discriminações pela religião, cor

da pele, cultura, entre outros. Na educação das relações étnico-raciais para elaboração de projetos, todos precisam participar contribuindo para que práticas sociais reprodutoras de desigualdades e violência aos povos negros sejam superadas, sobretudo no meio educacional.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação para negros. Inclusão Social.

011 - MORTALIDADE E ANOS POTENCIAIS DE VIDA PERDIDOS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Bianca Nunes Burguez, Eliane de Fátima Almeida Lima, Italla Maria Pinheiro Bezerra, Maria Carlota de Rezende Coelho

Introdução: a análise epidemiológica da mortalidade é um importante processo no reconhecimento das condições de vida e saúde das populações. Para reconhecimento dos padrões de mortalidade, os indicadores mais utilizados são os Coeficientes de mortalidade, Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP) e tendência ao óbito. Utilizamos no estudo o indicador de APVP, pois oferece peso maior aos óbitos de pessoas mais jovens. A morte em idade precoce ou numa etapa da vida de alta criatividade e produtiva, punem o próprio indivíduo como grupo que lhe é próximo, e priva a coletividade do seu potencial econômico e intelectual. O **objetivo** do estudo foi o de mapear as publicações no Brasil sobre mortalidade e os anos potenciais de vida perdidos, identificando as lacunas de pesquisas existentes na literatura. Justifica-se pela importância de utilizar o indicador de APVP na investigação das mortes precoces de uma determinada população, por meio do estudo de escopo espera-se fornecer as bases teóricas e práticas para pesquisadores e gestores, que almejam investigar ou gerir arranjos desta natureza. **Metodologia:** foi utilizado a metodologia proposta pelo Instituto Joanna Briggs (2020), adaptando etapas estabelecidas no manual, nas fases de identificação da questão de pesquisa, estudos relevantes, seleção dos estudos, mapeamento dos dados e agrupamento, síntese e relato dos resultados. As buscas foram realizadas por dois autores independentes. Os descritores utilizados em português e inglês foram: Mortalidade AND Anos Potenciais de Vida Perdidos AND Brasil, nos repositórios eletrônicos Pubmed e Biblioteca Virtual em Saúde. Na seleção dos estudos foram avaliados os artigos na íntegra, os títulos e os resumos dos artigos, sendo incluídos aqueles que atendiam ao critério de seleção, foram excluídos os estudos que não foram realizados no Brasil. **Resultados:** Após análise dos títulos e resumos foram identificados 34 estudos, destes foram excluídas 12 publicações e selecionados 22 para análise. Os principais temas evidenciados foram as causas externas com 54,5%. No Brasil a mortalidade por causas externas é a segunda entre as principais causas de óbitos, mas quando é analisada pelo indicador de APVP passa a ocupar a primeira posição, atingindo jovens negros entre 15 e 49 anos em plena fase de vida reprodutiva. As doenças infecciosas e parasitárias correspondendo a 18,2%, que dentre elas destaca-se a leptospirose com maior ocorrência dos óbitos no sexo masculino, em moradores de zona urbana, tendo baixa escolaridade e na faixa etária economicamente ativa entre 20 a 49 anos. O que sugere que a doença ocorre em uma população de maior vulnerabilidade social e que demanda maior atenção das autoridades sanitárias, trazendo à tona um impacto financeiro na perspectiva da sociedade. As Neoplasias corresponderam a 13,6%. O indicador de APVP e a taxa de anos potenciais de vida perdidos em relação aos cânceres estudados, o câncer de próstata revelou taxa de 6,69, sendo que, para o de mama, foi de 9,08, brônquios e pulmão foi de 13,74, colo de útero foi de 3,49, e 1,9 para câncer de ovário. A faixa etária em relação ao número de óbitos correspondente ao câncer de próstata e brônquios e pulmões concentrou-se entre 60 a 69 anos, para as neoplasias da mama, colo de útero e ovário, ficou entre 50 e 59 anos. **Conclusão:** É preciso ampliar estudo sobre as causas de mortes precoces utilizando o indicador de APVP, uma vez que esse indicador evidencia a necessidade de medidas no combate as iniquidades sociais no Brasil. A realização de um diagnóstico em saúde que envolva pesquisas sobre o perfil de mortalidade e seus impactos na sociedade deve ser um aspecto abordado na formação, na gestão e em pesquisas na saúde.

Palavras-chave: Mortalidade. Anos Potenciais de Vida Perdidos. Brasil.

012 – SÍNDROME DE BURNOUT E A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

Pablo Alves de Souza, César Albenes de Mendonça Cruz, Renato Almeida de Andrade e Maria Carlota de Rezende Coelho

Introdução: O objeto do estudo aborda a indicação preliminar da síndrome de Burnout e a flexibilização nas relações de trabalho entre professores do ensino infantil e fundamental no município de Presidente Kennedy. Por se tratar de um estudo sobre o trabalho e os processos de trabalho na sociedade capitalista, na área da educação, o projeto se insere na linha de pesquisa Processos de Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. A profissão docente na atualidade vem passando por constantes transformações, e o professor além de ensinar, têm outras atividades voltadas ao sistema onde estão inseridos e, algumas instituições e pais cobram dos docentes, funções que vão além dos métodos pedagógicos aplicados, pois exigem dos professores o desenvolvimento da parte psicossocial dos alunos. Além disso, estão expostas, muitas vezes, as péssimas condições do ambiente de trabalho e a carga horária excessiva com pouco tempo para atualização, lazer e convívio social. Dessa forma, o professor passa frequentemente por situações conflitantes, como sentir a necessidade de ser companheiro do aluno, propiciar-lhe desenvolvimento pessoal, mas, ao mesmo tempo, ter que julgá-lo com as avaliações. As grandes transformações frente as mudanças educacionais, a cobrança por parte da família e da sociedade que entende o professor como único responsável pelo desenvolvimento psicossocial dos alunos, as capacitações maciças impostas pelo sistema educacional vigente e os demais problemas inerentes ao ambiente de trabalho do professor dentro da realidade das salas de aula com todas as suas variáveis, tem provocado nos mesmos vários tipos de tensão, sendo uma delas a Síndrome de Burnout. Dentre as profissões, a de professor se apresenta, por suas atividades se caracterizarem como fonte geradora de estresse crônico, este pode evoluir para a Síndrome de Burnout. Além disso os professores sofrem em sua profissão por falta de reconhecimento profissional, remuneração insuficiente quanto ao trabalho exercido, cobrança do sistema educacional, pouca voz de ação quanto aos métodos pedagógicos que são impostos aos mesmos, a preocupação quanto ao referencial docente, fazem com que em muito possa propiciar nos docentes uma fonte de estresse laboral considerável. Em 2015, o percentual de professores sob o regime de contratação temporária atendeu 34% das turmas das redes de Educação Básica pública, federal, estaduais e municipais, ferindo a legislação que prevê um máximo de 10% de temporários, o município em estudo não foge à realidade brasileira. A contratação de professores por contrato temporário nesse trabalho é entendida como a flexibilização das relações de trabalho do professor pois abre as possibilidades de se alterar o contrato de trabalho através de concessão e/ou relativização de direitos. Assim, fica claro que esta modalidade de contratação é um processo de ajuste das instituições jurídicas às novas realidades impostas pelo capitalismo, posto que nos últimos anos o mercado de trabalho vem passando por um intenso desenvolvimento. Nesse contexto, fica claro que a precarização do trabalho docente é parte de um projeto maior de sociedade que privilegia o desenvolvimento econômico em detrimento das condições de vida e trabalho em especial, para os professores. A desvalorização, a expropriação e a desqualificação do trabalho docente, são partes das investidas neoliberais que se materializam em ações implementadas pelo Estado, conforme as Emendas Constitucionais (PEC) nº. 241 e nº. 55, que resultaram na Emenda Constitucional nº. 95, a denominada PEC do Teto dos Gastos que provocou o congelamento dos gastos com os serviços públicos por 20 anos. **Objetivos:** analisar a indicação preliminar da síndrome de Burnout e a flexibilização nas relações de trabalho entre os professores do ensino

fundamental no município de Presidente Kennedy; identificar a presença preliminar da síndrome de Burnout entre os professores do ensino fundamental no município de Presidente Kennedy e caracterizar a flexibilização das relações de trabalho entre os professores do ensino fundamental no município de Presidente Kennedy. **Metodologia.** Pesquisa descritiva, retrospectiva de abordagem quantitativa e qualitativa. O estudo será realizado na rede de ensino do município de Presidente Kennedy e os participantes serão os professores da escola Vilmo Ornelas Sarlo - EMEIEF – Escola Municipal de Ensino de Educação Infantil e Fundamental da Secretaria de Educação do Município de Presidente Kennedy. O quantitativo de professores é de 70 (setenta), destes 16 (dezesesseis) são professores do quadro permanente com vínculo estatutário e 54 (cinquenta e quatro) são professores que atuam sobre o regime de contratação provisória. Serão incluídos os 70 professores que atuam na escola que foi eleita como cenário de estudo com idade superior a 18 anos. A escola foi escolhida por ter o maior número de alunos e professores do Ensino Infantil e Médio da Rede Municipal dando uma maior representatividade entre as demais escolas da rede municipal, e também facilitando a coleta de dados em um único local de maior abrangência entre os atores em época de pandemia e serão excluídos os professores que não aceitarem participar da pesquisa ou aqueles que estiverem de férias ou licença do trabalho. Os instrumentos de pesquisa serão dois: um será o questionário JBEILI (2010) para identificação preliminar da Burnout. Foi elaborado e adaptado por Chafic Jbeili, inspirado no instrumento de Maslach Burnout Inventory – MBI. O JBEILI é instrumento de uso informativo apenas e não deve substituir o diagnóstico da síndrome de Burnout realizado por médico ou psicoterapeuta. É composto por 20 perguntas relacionadas às características psicofísicas do trabalho, onde cada item recebe pontuação de 1 a 5, que somados geram os seguintes scores: de 0 a 20 pontos: nenhum indício da Burnout; de 21 a 40 pontos: possibilidade de desenvolver Burnout; de 41 a 60 pontos: fase inicial da Burnout e de 61 a 80 pontos: indicação de presença de Burnout, mas com plena condição de prevenção e de 81 a 100 pontos: fase considerável da síndrome de Burnout necessitando de apoio profissional. Vale ressaltar que este instrumento é de uso informativo apenas e não deve substituir o diagnóstico realizado por Médico ou Psicoterapeuta da síndrome de Burnout que se caracteriza pelo esgotamento relacionado ao trabalho. O outro instrumento será aplicado no local de trabalho com objetivo de conhecer como os professores entendem as implicações da identificação preliminar da Burnout e a flexibilização das relações de trabalho. Este instrumento busca a caracterização do participante quanto aos dados demográficos e econômicos e duas perguntas diretas onde os professores descreverão livremente sobre a flexibilização das relações de trabalho e a indicação preliminar da presença de Burnout. O pesquisador fará o agendamento prévio da coleta de dados com os participantes, apresentará o conteúdo da pesquisa descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados relacionados a identificação preliminar da Burnout e a caracterização dos participantes receberão tratamento pela estatística descritiva e os dados qualitativos, que emergirem das questões abertas serão analisados a partir da literatura que contextualiza sobre a síndrome de Burnout e a flexibilização das relações de trabalho. O projeto foi submetido a plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória sob o parecer número 3.760.938, portanto em conformidade com Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. **Resultados Esperados.** Espera-se através dos dados identificar a presença ou não da Síndrome de Burnout entre os professores, e demonstrando a diferença ou não de acometimento entre professores contratados e concursados. As informações propiciarão um maior e melhor entendimento quanto ao acometimento da Síndrome de Burnout entre os professores celetistas e concursados, podendo servir de fonte de informação científica para análise e possíveis intervenções no âmbito social, da saúde mental e condições de trabalho dos docentes que atuam na rede de ensino fundamental.

Palavras-chave: Professores. Condições de Trabalho. Saúde Mental.

013 - A RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E A VALORIZAÇÃO DA DIMENSÃO ESPIRITUAL DOS PACIENTES RENAIIS CRÔNICOS

Elisabete Sales Santos, Maria Carlota de Rezende Coelho

Introdução: A Insuficiência Renal Crônica (IRC) é um dos principais problemas de saúde pública no Brasil. Ocorre com a perda da função renal (glomerular, tubular e endócrina) da forma mais avançada os rins não conseguem manter a normalidade no meio interno. Além das condições associadas ao tratamento, os pacientes em diálise têm diversas causas que são, dificuldades profissionais, redução da renda mensal, diminuição da capacidade ou do interesse sexual, medo da morte, restrições nutricionais e híbridas, e fatores que interferem na sua autoimagem corporal, levando a deficiência na higiene neste momento é preciso o apoio psicológico com orientações da equipe multidisciplinar como parte integrante do tratamento. Com a doença renal percebe-se a redução do funcionamento físico e profissional e a percepção ligada a saúde causando um impacto negativo na vida dos portadores limitando as suas interações sociais. A hemodiálise é um suporte de terapia ao rim que consiste na remoção de substâncias tóxicas e excesso de líquido por uma máquina de diálise, tem duração de 2 a 4 horas, exigindo que o paciente se desloque para o hospital no local de tratamento numa frequência de 2 a 4 vezes por semana. A adequação ao tratamento pode levar o paciente, a ansiedade sendo presente durante todo o processo e até mesmo durante o tratamento. O ato de cuidar por si só nos desperta a solidariedade e o envolvimento com o próximo. Na assistência em saúde o cuidado é capaz de promover o bem-estar e a dignidade das pessoas em situação de doença ou mesmo de dependência. Na atualidade, o bem-estar espiritual, passou a ser considerado uma prática na assistência prestada no ambiente hospitalar. Após a internação os pacientes ou familiares, geralmente podem voltar-se para a espiritualidade, devido aos temores e as incertezas, que envolvem a internação. A espiritualidade está relacionada na busca do sentido existencial da vida do ser. A prática do cuidado humanizado no ambiente hospitalar tem sido foco de atenção e de preocupação por parte dos e das profissionais da saúde. Pois, o momento da internação hospitalar pode ser um evento traumático que assistência humanizada visa encontrar medidas efetivas para diminuir os impactos da hospitalização, assistir integralmente o ser humano. Diante das questões colocadas acima questione-se: a espiritualidade/religiosidade dos profissionais da saúde influencia na valorização da dimensão espiritual dos pacientes assistidos em uma Unidade de Hemodiálise? Assim os **objetivos** do estudo são: avaliar a espiritualidade/religiosidade dos profissionais da equipe de hemodiálise de um hospital filantrópico localizado no município de Cacheiro do Itapemirim, Espírito Santo e discutir a espiritualidade dos profissionais na valorização da dimensão espiritual dos pacientes no bojo da Humanização da Assistência. **Metodologia:** trata-se de um estudo descritivo, transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa. Minayo orienta que a opção por realizar uma pesquisa com duas abordagens é uma forma de se apropriar dos números para dar evidência ao problema que objetiva trazer à luz os dados estatísticos, indicadores e tendências observáveis. Já a abordagem qualitativa tende a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares. Desta forma, estudos mistos das abordagens valorizam as duas em seu caráter científico onde uma abordagem é utilizada para complementar a outra. Na abordagem quantitativa o estudo vai buscar medir a espiritualidade/religiosidade dos profissionais que compõe a equipe multiprofissional através do instrumento BMMRS. Na abordagem qualitativa, essa pesquisa tem por finalidade entender como os profissionais da equipe multiprofissional valorizam a espiritualidade/religiosidade no contexto da saúde dos indivíduos O estudo será realizado no serviço de nefrologia do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Cacheiro do

Itapemirim. Esse possui 38 máquinas com capacidade de atender um média de 29 pacientes dia. Participarão da pesquisa profissionais da assistência que atuam no setor de hemodiálise do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Cacheiro do Itapemirim. Para avaliar espiritualidade/religiosidade será utilizado o instrumento Brief Multidimensional Measure of Religiousness/Spirituality (BMMRS), versão em português, Medida Multidimensional Breve de Religiosidade/Espiritualidade (BMMRS-p) que surgiu a partir dos estudos de um grupo de estudiosos em pesquisas com R/E e, de saúde e bem-estar que, em parceria com o Instituto Fetzer e com o Instituto Nacional do Envelhecimento (FI/NIA) dos EUA, trabalharam em 1995 para desenvolver uma ferramenta multidimensional sobre espiritualidade e religiosidade adequado para uso em pesquisas em saúde. A versão em português da BMMRS, um instrumento conciso e multidimensional para medir religiosidade e espiritualidade, mostrou-se válida e confiável para uso no estudo da R/S no Brasil em população clínica e não clínica. A validação da BMMRS se deu através da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Brasileira, da Universidade Federal de Juiz de Fora de Cristiane Schumann Silva Curcio, tendo como orientador Prof. Dr. Alexander Moreira-Almeida e como coorientador o Prof. Dr. Giancarlo Lucchetti, intitulada “Validação da versão em Português da “Brief Multidimensional Measure of Religiousness/Spirituality” ou “Medida Multidimensional Breve de Religiosidade/Espiritualidade”. Para entender como os profissionais de saúde valorizam a espiritualidade dos pacientes no contexto de sua doença, será realizada uma entrevista, com questões abertas estimulando o participante a falar o que ele entende sobre religiosidade/espiritualidade e como ele a valoriza. As variáveis quantitativas serão avaliadas pela estatística descritiva com número absoluto e percentuais cujo objetivo será o de conhecer a espiritualidade/religiosidade dos profissionais que atuam na assistência direta ao paciente renal crônico e serão organizadas em tabelas para tratamento estatístico. As questões abertas serão gravadas, transcritas na íntegra. A análise das falas será inicialmente realizada através de uma leitura flutuante para a elaboração das hipóteses a partir dos depoimentos sobre o tema de estudo cujo objetivo será o de conhecer a espiritualidade/religiosidade dos profissionais que atuam na assistência direta ao paciente renal crônico e serão organizadas em tabelas para tratamento estatístico. As questões abertas serão gravadas, transcritas na íntegra. A análise das falas será inicialmente realizada através de uma leitura flutuante para a elaboração das hipóteses a partir dos depoimentos sobre o tema de estudo. Em seguida, os dados serão codificados e identificado em três **unidades de registro**: conceito de espiritualidade, conceito de religiosidade e valorização da espiritualidade e religiosidade na saúde dos pacientes. Na sequência as unidades de registro serão contextualizadas como **unidades de contexto** e, serão extraídas as **categorias analíticas** que se trata do significado da mensagem cuja aplicabilidade se concretizou a partir de adequada interpretação. Para uma organização adequada do material adquirido que norteará a interpretação final, é importante observar alguns aspectos tais como: exaustividade, sugerindo-se esgotar todo o assunto sem omissão de nenhuma parte; representatividade, preocupando-se com amostras que representem o universo; homogeneidade, de maneira que os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem coletados por meio de técnicas iguais e indivíduos semelhantes; pertinência, sendo necessário que os documentos sejam adaptados aos objetivos da pesquisa; e exclusividade, na qual um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria. O projeto foi submetido a plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de ética da EMESCAM sob o parecer número. **Resultados Esperados:** espera-se ao final da pesquisa conhecer a espiritualidade/religiosidade dos profissionais da equipe multiprofissional do setor de hemodiálise do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Cacheiro do Itapemirim e compreender se os profissionais valorizam a dimensão espiritual dos pacientes assistidos no serviço.

Palavras-chave: Espiritualidade. Paciente crônico. Doenças crônicas não transmissíveis. Religiosidade.

014 - PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS SOBRE OS EFEITOS DA EQUOTERAPIA PARA A SAÚDE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Joice Kelli Mendes Viana Baiense, Solange Rodrigues da Costa Nascimento, Roberta Ribeiro Batista Barbosa

Os distúrbios neurológicos e seus comprometimentos associados afetam mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo. Tais distúrbios podem levar a várias limitações físicas, bem como diminuição da independência nas atividades da vida diária. Em relação à deficiência física destacam-se as neuromotoras, onde o indivíduo apresenta padrões anormais de marcha devido a alterações do tônus muscular, controle reduzido de seus músculos, incoordenação, assimetria entre os músculos agonistas e antagonistas e reflexos pobres de equilíbrio. Tais condições ocasionam vulnerabilidades a distúrbios de postura e mobilidade, essas situações requerem tratamento individualizado, sendo assim, a medicina moderna, com seus contínuos avanços, permite o desenvolvimento de terapias direcionadas visando os mecanismos patológicos de várias doenças, muitas vezes baseadas na identificação de alvos terapêuticos individuais. Nesse contexto destaca-se a neuroreabilitação, um processo destinado a reduzir a deficiências resultantes de uma doença neurológica, com o objetivo de reduzir o grau de comprometimento funcional do paciente. Existem diferentes métodos a serem utilizados, dentre eles as intervenções assistidas com os animais que vêm sendo utilizada com sucesso para o tratamento de pessoas com deficiência, sendo a equoterapia, uma terapia física e ocupacional que utiliza a marcha natural e o movimento do cavalo para fornecer informações motoras e sensoriais. O objetivo principal da equoterapia é proporcionar o desenvolvimento das potencialidades de cada praticante, respeitando suas limitações, visando a autoaceitação, integração social, além de possibilitar o exercício da cidadania. Nela, o cavalo é o elemento que incentiva o praticante, se tornando um instrumento cinesioterapêutico, que promove ganhos físicos, psicológicos e educacionais e busca a aquisição e o desenvolvimento de funções motoras, psíquicas e sociais. É importante considerar que os ganhos não se restringem apenas a parte motora e cognitiva, mas também incorpora modos de subjetivação, assim como laços afetivos que são construídos tanto com o cavalo, quanto com o profissional facilitador deste processo. Diante deste contexto, o presente resumo faz parte de uma pesquisa de Mestrado, a qual tem como objetivo analisar a percepção das famílias sobre os efeitos da equoterapia para a saúde das pessoas com deficiência, com o intuito de descrever os benefícios percebidos pelos mesmos após a utilização desse recurso terapêutico e identificar as principais dificuldades encontradas pelas famílias para inserção e permanência de seu familiar nesse tipo de terapia. Acredita-se que essa terapia pode proporcionar além da conscientização corporal, a educação de seres humanos por meio do desenvolvimento da comunicação, socialização e autoestima, melhorando assim, o desenvolvimento do ser humano como um todo. Sendo assim, para que a pessoa com deficiência alcance a plena participação na sociedade, são necessários, políticas públicas, legislações e programas de inclusão que tenham a capacidade de assegurar os direitos e a proteção social dessas pessoas.

Palavras-chave: Equoterapia. Pessoa com deficiência.

015 – DETERMINANTES SOCIAIS DA PREMATURIDADE NA REGIÃO SUL DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Gilbania Rafael Landi, Gustavo Carreiro Pinasco, Janine Pereira da Silva

A prematuridade é um problema de saúde pública, pelos elevados índices de morbimortalidade infantil e aumento da demanda dos serviços de saúde, com repercussão social, econômica e clínica. Quanto menor a idade gestacional, maiores os gastos na assistência, considerando o maior tempo de internação e a maior complexidade da atenção à saúde. É considerado prematuro todo aquele nascido com idade gestacional inferior a 37 semanas. Segundo a Organização Mundial da Saúde, 15 milhões de bebês nascem prematuramente no mundo e destes, 279.300 ocorrem no Brasil. Nesse cenário, o Brasil ocupa o 10º lugar no *ranking* mundial de prematuridade, com mais de 10,0% dos nascimentos prematuros. A prematuridade é a principal causa de morte neonatal, segunda causa de mortalidade de menores de cinco anos de idade e uma das principais causas evitáveis de óbito infantil no Brasil em 2015, evidenciando a necessidade de reorganização das políticas públicas e dos serviços de atenção à saúde materno-infantil. Diante da escassez de informações sobre a causa de prematuridade, dos indicadores de morbimortalidade infantil e do desafio de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até o ano de 2030, como o de Vida Saudável, redução da taxa de mortalidade infantil de 11,9% para 8,0% no ano de 2020, e para 5,0% até o ano de 2030, é que se faz necessário conhecer melhor os determinantes da prematuridade. Em especial, pois as desigualdades sociodemográficas, econômicas e étnico-raciais estão presentes na ocorrência do nascimento precoce. Assim, o objetivo desse estudo é avaliar a prevalência de prematuridade e sua associação com os determinantes sociais maternos, com o intuito de contribuir com subsídios teórico-práticos para o processo de tomada de decisão e (re) planejamento de políticas de saúde materno-infantil. Trata-se de pesquisa observacional, do tipo analítico, com dados coletados a partir da Declaração de Nascidos Vivos e disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, ES, Brasil. Serão obtidos dados referentes aos nascimentos ocorridos em hospitais públicos e privados dos 26 municípios da Região Sul de Saúde do ES, no período de 2014 a 2018, incluindo: idade, raça/cor, situação conjugal, ocupação, escolaridade, endereço de moradia da mãe, número de consultas de pré-natal, tipo de gestação e de parto, local de ocorrência do parto e idade gestacional, sexo, índice de Apgar do 5º minuto e peso ao nascer dos recém-nascidos vivos. Os dados serão organizados no *software* Microsoft® Office Excel 2010 e analisados no *software* SPSS, versão 25.0. As variáveis qualitativas serão apresentadas como frequências e será aplicado o teste qui-quadrado e nível de significância de 5%. Esse estudo é parte do projeto integrado “Desfecho fetal: uma análise da via de parto e do número de consultas de pré-natal”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, parecer N° 3.075.080.

Palavras-chave: Determinantes Sociais da Saúde. Recém-Nascido Prematuro. Assistência Perinatal. Políticas Públicas de Saúde.

016 – AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE DO SUL DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Helen Amaro Fernandes, Janine Pereira da Silva

A estruturação do programa de merenda escolar no âmbito nacional, sob responsabilidade pública, ocorreu na década de 50 e representou importante estratégia de suplementação alimentar do governo federal, no âmbito das políticas social e assistencial. Em 1979, o programa passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com objetivo de oferecer alimentação saudável e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes da educação básica, atendendo as necessidades nutricionais e contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e maior rendimento escolar. Apesar da magnitude econômica e social do PNAE, há inúmeros desafios para as organizações produtivas da agricultura familiar para inserção e participação nesta reserva de mercado criada pela Lei Nº 11.947/09, em especial, nas regiões metropolitanas do Brasil. Isso dar-se-á em decorrência do processo de urbanização que ocasiona menor quantitativo de agricultores familiares locais nessas regiões, além dos desafios operacionais do programa que incluem: falta de conhecimento em relação ao PNAE e ao mercado, carências de estruturas e logística, ausência de articulação com outras políticas públicas, falta de vontade política dos atores governamentais, escassez de produtos na região, dentre outros. Presidente Kennedy, um município de pequeno porte da região Sul do estado do Espírito Santo, ES, com forte base agropecuária e produção agrícola de toneladas em fruticultura e olericultura, grande parte oriunda da agricultura familiar, dispõe de produtos que podem ser utilizados na merenda escolar dos estudantes locais. Assim, o objetivo desse estudo é analisar o Programa de Aquisição de Alimentos, na perspectiva da diversificação da produção agropecuária da agricultura familiar e da demanda do PNAE em Presidente Kennedy, ES. Trata-se de pesquisa quanti-qualitativa, a partir da análise de documentos obtidos na Secretaria Municipal de Educação do referido município e análise dos dados do Censo Agropecuário 2017, disponíveis na base de dados SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As técnicas utilizadas serão revisão bibliográfica, análise documental, incluindo leis e normativas relacionadas ao PNAE, documentos disponibilizados pela Secretaria de Educação, contendo informações sobre recursos financeiros concedidos pelo município para compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE, por meio de chamada pública de 2018, e outros documentos pertinentes aos objetivos do estudo. Em adição, será realizada análise de dados do Censo Agropecuário 2017, a fim de caracterizar os produtores familiares e a produção agropecuária de Presidente Kennedy, ES. Esse estudo poderá contribuir para a integração das políticas públicas voltadas à criação de mercados da agricultura familiar com aquelas voltadas à inclusão social, impactando favoravelmente o desenvolvimento local. E resultados preliminares sinalizam que os recursos disponibilizados ainda são pouco utilizados no fortalecimento da agricultura familiar, na perspectiva da diversificação da produção agropecuária local e da demanda do PNAE do município de Presidente Kennedy, ES.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. Agricultura Sustentável. Desenvolvimento Local. Política Pública.

017 – AVALIAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS PRÁTICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY - ES

Janaina Stulzer Nalesso, Janine Pereira da Silva

A descentralização é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde e tem como função distribuir, entre as três esferas governamentais, o poder de decisão e as responsabilidades administrativas. Consoante a esse processo, a Vigilância Sanitária Municipal vem assumindo o exercício das ações de baixa e média complexidade, no entanto, como os recursos financeiros e humanos disponibilizados para este fim atendem prioritariamente à área assistencial de saúde, a descentralização das ações de vigilância sanitária ocorre de forma mais lenta e incompleta. Outrossim, existem importantes desafios a serem superados nesse processo, em especial, nos municípios de pequeno porte. Diante disso, o objetivo do presente estudo é avaliar as ações de gestão e as práticas da Vigilância Sanitária de Presidente Kennedy, ES, no contexto da municipalidade e de seus atributos, sob a ótica da descentralização. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva analítica e de abordagem qualitativa, cuja unidade de análise é o município de Presidente Kennedy, ES, Brasil. Os dados serão coletados através análise documental à luz do conceito de descentralização. O estudo poderá colaborar, em termos teórico-práticos, com subsídios para a qualificação das ações de vigilância sanitária na perspectiva municipal. E por se tratar de pesquisa com banco de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual, este projeto não passará pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, nos termos da Resolução 510/2016. Ainda, as informações disponibilizadas pela vigilância sanitária de Presidente Kennedy, ES, serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa, mantendo-se o sigilo e a guarda confidencial de todos os dados coletados.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde. Vigilância Sanitária. Saúde Pública. Descentralização.

018 - QUALIDADE DE VIDA DE PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIABETES: INTERFACES COM AS POLÍTICAS DE SAÚDE

Lani Tognery Silva, Janine Pereira da Silva

O diabetes *mellitus* (DM) é uma doença crônica não transmissível, de características epidêmicas, e configura-se como importante problema de saúde pública devido ao aumento de sua incidência, prevalência e do índice de mortalidade, com repercussões na qualidade de vida (QV) dos pacientes. Assim, o objetivo do presente estudo é avaliar o perfil sociodemográfico, clínico e a QV de participantes em um programa de educação em diabetes. Trata-se de estudo transversal, do tipo analítico, com amostra não probabilística de 45 pacientes com DM tipo 2, maiores de 40 anos de idade, de ambos os sexos, participantes do Serviço de Apoio e Assistência a Diabéticos e Familiares da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (SAD), lotado no Ambulatório de Endocrinologia do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Vitória, ES, Brasil, e que frequentaram as atividades do SAD no ano de 2019 (9 reuniões). A QV foi avaliada pelo *Diabetes Quality of Life Measure – Brasil* (DQOL-Brasil). Para análise estatística, utilizou-se o teste Mann-Whitney ($p < 0,05$). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EMESCAM (parecer Nº 3.280.822). Resultados preliminares sinalizam média de idade da amostra de 67 anos, com predomínio do sexo feminino (62,2%), cor/raça parda (66,7%), casados (62,2%), ensino fundamental incompleto (48,9%), fora do mercado de trabalho (82,2%), procedentes de Cariacica (55,6%), com sobrepeso/obesidade autorreferidos (57,8%), não praticantes de exercícios físicos regulares (51,1%), uso de medicação oral (80,0%), não fumantes (55,6%), complicação em circulação sanguínea (13,3%), hipertensos (71,1%), sem hospitalizações nos últimos 12 meses (73,3%) e que participaram de 5 a 9 reuniões do SAD (66,7%). Em relação à média da QV, o domínio preocupações sociais/vocacionais apresentou a melhor pontuação (1,2), e o domínio preocupações relacionadas ao DM a pior pontuação (2,5). Para o grupo que participou de 1 a 4 reuniões do SAD, a média de QV (2,2) foi pior em relação ao grupo que participou de 5 a 9 reuniões (2,1), apresentando no domínio satisfação o pior valor de QV (2,6), e no domínio preocupações sociais/vocacionais o melhor valor de QV (1,2). Para o grupo que participou de 5 a 9 reuniões do SAD, o domínio preocupações relacionadas ao DM o pior valor de QV (2,6), e no domínio preocupações sociais/vocacionais o melhor valor de QV (1,2). Observa-se que os pacientes que participaram de mais reuniões do SAD apresentaram melhores índices de QV quando comparados aos que participaram de menos reuniões. Deseja-se, assim, que esse estudo possa contribuir com informações sobre os pacientes e que possa apontar intervenções de saúde que oportunizem a melhora do autocuidado e da QV desses indivíduos.

Palavras-chave: Qualidade de Vida. Diabetes *Mellitus* tipo 2. Educação em Saúde. Políticas Públicas de Saúde.

019 - POSSÍVEIS LACUNAS NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Thais Theodoro Mourad, Helder Gomes

O Plano Diretor Municipal (PDM) é o Instrumento legal que visa distribuir e orientar a ocupação do solo urbano. O PDM procura atender aos interesses coletivos de residentes, bem como à preservação de espaços construídos e da natureza, assim como a organização espacial dos zoneamentos da cidade. A partir dessa concepção, neste artigo construímos um argumento em torno do seguinte questionamento: qual a dificuldade de operacionalizar o Plano Diretor Municipal, para expansão mobiliária e viária, considerando o crescimento populacional e empresarial no município de Cachoeiro de Itapemirim? O atual PDM, vigente desde 2006, deixa lacunas no que se refere ao desenvolvimento do município, acarretando grandes impactos ao zoneamento da cidade, bem como nas instalações das áreas habitacionais, comerciais, empresariais, e na estrutura viária. Ao longo dos últimos anos, como visto em outras cidades brasileiras, Cachoeiro de Itapemirim passa por um grande crescimento populacional, no entanto, o seu PDM não acompanha essa evolução, gerando uma grande defasagem na estrutura macro de planejamento da cidade. Visando minimizar os problemas causados pelo progresso acelerado da região, a gestão municipal buscou realizar medidas para que a população contribua de forma direta na construção do novo PDM de Cachoeiro de Itapemirim. No dia 16 de setembro de 2020, foi realizada uma eleição dos representantes do novo conselho municipal, setores acadêmicos, ambientais, conselho de arquitetura, engenharia, direito, setor comercial, setor de serviço e o setor rural, elegeram um representante por setor, para participação direta na produção desse novo PDM. É de extrema importância que o principal instrumento, que direciona a expansão de uma cidade, acompanhe o ritmo de desenvolvimento da mesma. A elaboração, a revisão, o aperfeiçoamento, a implementação e o acompanhamento do Plano Diretor Municipal e de planos, programas e projetos setoriais, regionais, locais e específicos devem ser efetuados mediante processo de planejamento, implementação e controle de caráter permanente, descentralizado e participativo, como parte do modo de gestão democrática da Cidade para a concretização das suas funções sociais. (BRASIL, 2006). Um dos problemas mais urgentes notáveis é a malha viária da cidade. No dia 25 de novembro de 2020, o Jornal A Gazeta (edição Sul) apresentou uma matéria pontuando os trechos de maior dificuldade de locomoção na cidade. As entrevistas com os motoristas e pedestres mostraram que a maior queixa se refere ao tempo de deslocamento, em determinados horários do dia, dentro da cidade. Na mesma reportagem, os órgãos competentes alegaram que para melhor organização do trânsito seria ideal ter presente guardas municipais, ignorando totalmente o fato de que com o crescimento populacional e, por consequência, do número de veículos nas ruas, existe uma demanda maior por soluções viárias para o deslocamento dentro da cidade. Mediante os primeiros estudos sobre o atual PDM de Cachoeiro de Itapemirim, foi possível perceber a necessidade de proporcionar, de maneira direta aos profissionais ligados à Arquitetura e Urbanismo que atuam em nível local, bem como aos próprios gestores públicos, um plano mais detalhado e completo, em termos de parâmetros para o planejamento, de forma que seja possível viabilizar e regular efetivamente o processo de expansão e de adensamento do território urbano, gerando maior qualidade de vida e melhores condições para a produção e a circulação de riquezas na cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Palavras-chave: Desenvolvimento Urbano. Mobilidade. Estatuto

020 - INCENTIVO À EDUCAÇÃO COM RECEITA DE ROYALTIES EM PRESIDENTE KENNEDY

Karem Martins Campos, Helder Gomes

Este artigo trata da experiência do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES) no Município de Presidente Kennedy-ES. O texto procura avaliar as limitações operacionais na realização do referido programa que, em sua origem, se mostrava bastante inovador no uso dos recursos de Royalties de Petróleo para o fomento à formação, tendo em vistas maior qualificação de residentes para o trabalho. A partir do ano de 2004, Presidente Kennedy passou a ser beneficiário das transferências de Royalties em patamares muito superiores a seu histórico de arrecadação tributária. Com isso, entre outras destinações, os governantes decidiram utilizar essa modalidade de arrecadação para suprir uma lacuna ao desenvolvimento local, por meio da oferta de bolsas de estudos de níveis técnico e superior. A avaliação parte da premissa de que política pública é um conjunto de atividades do Estado, voltadas à produção de bens e serviços públicos, regulação das relações sociais, políticas e econômicas, tendo como objetivo atender às necessidades de uma coletividade, por meio de instrumentos e instituições planejados, obedecendo a determinados critérios de objetividade. A experiência específica do PRODES, instituído pela Lei Municipal nº 638, de 05 de maio de 2005, contemplou e contempla diversos municípios, em suas várias modalidades, demonstrando ser de grande relevância. Entretanto, as investigações realizadas até aqui deixam evidente que o Programa não atende satisfatoriamente à real capacidade/necessidade/demanda profissional, quando consideradas as marcas estruturais do Município. Foi possível observar, certo distanciamento da execução efetiva do Programa dos cenários propostos no Planejamento Estratégico Municipal 2018-2035, uma vez que, após o período de formação/profissionalização, muitos dos/as municípios contemplados com as respectivas bolsas de estudos migraram, inclusive com seus familiares, para outras cidades e estados, com o objetivo de se estabelecerem em um mercado profissional mais amplo, atrativo e competitivo. No Planejamento Estratégico Municipal, fica claro que os fatores que impulsionam o desenvolvimento do Município são os royalties, a base agrícola consolidada, a localização estratégica, a disponibilidade de áreas livres para expansão e a disponibilidade de recursos naturais. Nesse sentido, para o desenvolvimento econômico do Município, deve-se promover o incentivo e a diversificação da agricultura, o empreendedorismo, a atividade agroindustrial, a infraestrutura logística, tais como o tratamento e a distribuição de água, o saneamento básico, a melhoria de estradas, o fornecimento de energia elétrica e a promoção turístico-cultural. O que sugere a necessidade de reformulação do PRODES, adequando-o e compatibilizando-o ao Planejamento Estratégico, pois é fundamental mirar na qualificação dos municípios para o aproveitamento das oportunidades de trabalho que efetivamente podem ser desenvolvidas a partir do potencial do Município nas áreas de agropecuária, agroindústria, turismo, logística e petróleo e gás, por exemplo. Com isso, haveria maior probabilidade de êxito na adequação da oferta de trabalho qualificado às efetivas demandas do mercado, proporcionando a redução do desemprego e da dependência em relação aos benefícios assistenciais da gestão pública. A avaliação mais atenta do PRODES demonstra, portanto, a necessidade de ajustes em seus critérios de seletividade e nos arranjos institucionais de cooperação, com entidades de ensino e pesquisa pública e privada (faculdades e escolas profissionalizantes), explicitando melhor seus objetivos, com vistas à real necessidade de qualificação profissional no Município.

Palavras-chave: Política de Educação. Qualificação para o Trabalho. Uso de Royalties.

021 - CONTRIBUIÇÃO DO TRANSPORTE GRATUITO PARA LOCOMOÇÃO DE RESIDENTES EM PRESIDENTE KENNEDY

Márcia Valéria Barcelos Matias, Helder Gomes.

O artigo tem o objetivo de analisar as contribuições do transporte intra e intermunicipal gratuito para locomoção de munícipes de Presidente Kennedy. Existem duas modalidades de transporte gratuito no município atualmente: o Programa TransKennedy, que oferece transporte gratuito ao nível local, atendendo áreas do município e proximidades; e, o Programa Pró-Emprego, que atende munícipes que se deslocam diariamente para outros municípios, principalmente, para trabalhar, estudar, ou em busca de algum tratamento de saúde. Tem sido evidente a importância de assegurar o direito à locomoção aos cidadãos kenedienses, garantindo condições de mobilidade para as comunidades vulneráveis e acesso a direitos fundamentais e sociais que dependem da locomoção para outras localidades. As primeiras investigações pontuam méritos, mas, também, deficiências desses programas de transporte gratuito, especialmente em atender à população que vive em situação de extrema pobreza, em evidente contraste ao título de município com o maior PIB per capita do Brasil, devido ao crescimento das receitas advindas dos chamados Royalties de Petróleo. Cabe destacar, que é exatamente desta fonte que são financiados os programas municipais de transporte gratuito, fator que reforça que o Município detém os recursos para atender os cidadãos vulneráveis que residem em nível local. O princípio da livre locomoção ou liberdade de ir e vir que fundamentam os programas de transporte gratuito, são estabelecidos em consonância com o artigo 5º, inciso XV, da Constituição Federal de 1988, obedecendo aos princípios da Lei Orgânica de Assistência Social (1993), em conformidade ao decreto municipal 87/2020 e o Plano Diretor do Município (PDM), de 2020, que preveem formalmente o investimento econômico para garantia de acessibilidade a direitos fundamentais de seus cidadãos. O objeto da avaliação se centra na origem dos programas, nos requisitos para o gozo do benefício e na quantidade de cidadãos atendidos. Para isso, foram utilizadas fontes documentais e secundárias como os censos do IBGE a partir do ano de 2014, o decreto 87/2020 do Município de Presidente Kennedy e legislações vigentes, incluindo ainda obras como “Gestão de Transporte e Infraestrutura”, de Marco Antônio da Silva e Rubens Vieira da Silva (2018), da editora SENAC, e literatura do ex-secretário de Transportes do Rio de Janeiro, Josef Barat (2017). Foram coletadas diversas informações contidas no “Portal da Transparência” e na Página Oficial da Prefeitura de Presidente Kennedy. Destacam-se, como resultado, a apuração dos meios de contratação de empresas especializadas no fornecimento do serviço de transporte coletivo, através de vans e micro-ônibus, por meio das chamadas licitações em aberto, que revelam ausência em contrato de delimitação de horários e frota disponível para atender à comunidade carente do município, bem como a relativização do acesso ao serviço de transporte gratuito. Assim, foi possível apurar qualidades e queixas associadas aos programas de transporte gratuito e estabelecer um panorama dos níveis de eficiência e eficácia relacionados ao TransKennedy e ao Programa Pró-Emprego, em Presidente Kennedy.

Palavras-chave: Transporte Coletivo Gratuito. TransKennedy. Programa Pró-emprego.

022 - OS EFEITOS DA APLICAÇÃO DOS *ROYALTIES DO PETRÓLEO* PARA A INFRAESTRUTURA VIÁRIA EM PRESIDENTE KENNEDY

Sheyla Bahiense Mussi

O presente trabalho tem como objetivo aferir a existência de interação entre os investimentos na infraestrutura viária, o Plano de Desenvolvimento da Agropecuária, Aquicultura e Pesca (PEDEAG-PK) e o Planejamento Estratégico Municipal, identificando o que deve ser aprimorado para melhorar a gestão dos programas em execução no Município de Presidente Kennedy. No Brasil, atualmente, apenas 12,4% da malha rodoviária encontra-se pavimentado, prejudicando principalmente o escoamento da produção. Em um cenário semelhante, está o Município de Presidente Kennedy, que desde sua emancipação, em 1964, vem sofrendo com o precário estado de conservação de suas estradas. No Estado do Espírito Santo, Presidente Kennedy recebe destaque por estar entre os municípios que mais recebem *royalties* do petróleo. No entanto, apesar da abundância de recursos tributários, eles devem ser melhor investidos, de maneira consciente e eficaz, possibilitando que a sociedade e as futuras gerações obtenham os mecanismos necessários para garantirem sua autonomia na capacidade de financiamento de políticas públicas municipais, tendo em vista que o petróleo é um recurso natural finito e instável. Diante disso, ao longo dos anos, as gestões têm buscado alternativas para promover o desenvolvimento municipal. Em 2014, a Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy e o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER/ES) desenvolveram o Plano de Desenvolvimento da Agropecuária, Aquicultura e Pesca de Presidente Kennedy, buscando a valorização da economia rural. Em 2018, o município concluiu o Planejamento Estratégico de Presidente Kennedy 2018-2035, contemplando o Plano de Desenvolvimento de Presidente Kennedy 2035, fazendo um diagnóstico completo das ações e metas que deveriam ser planejadas, executadas e monitoradas em vinte anos. Frente ao exposto, com sua economia predominantemente voltada à agropecuária, fica claro que é preciso garantir uma infraestrutura viária que permita o escoamento da produção de maneira eficiente, objetivando além da redução do custo operacional do transporte, o aumento da produção, suprindo a demanda local por alimentos e quem sabe, produzindo uma quantidade excedente para exportação. Atualmente, seis estradas vicinais foram completamente remodeladas, recebendo massa asfáltica e toda estrutura de escoamento pluvial, com as devidas sinalizações. São responsáveis por interligar algumas das principais comunidades produtoras leiteiras do município, são elas: 1) Sede à Monte Belo; 2) Leonel à Alegria; 3) Cancelas à Leonel; 4) Sede à Mineirinho; 5) Cerude à Santa Maria e São Bento; e 6) Água Pretinha à Água Preta. E, ainda, não menos importante, com 90% (noventa por cento) da obra concluída, o trecho que liga a localidade de Caju à Cancelas e Monte Belo. Juntas, as sete estradas vicinais totalizam mais de R\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais) em investimentos na infraestrutura viária de Presidente Kennedy. Não obstante, o grande volume de investimentos com infraestrutura viária, nenhuma conexão com um plano de desenvolvimento agrícola foi encontrada. Fato este, que leva a conjecturar que as ações propostas pela municipalidade ocorrem de forma aleatória, em razão da demanda de cada localidade.

Palavras-chave: Infraestrutura Viária. Plano Estratégico. Plano Agropecuário.

023 - AGREGAR QUALIDADE À SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL POR MEIO DA AUDITORIA EM SAÚDE

Mezaque da Silva José Rodrigues, Helder Gomes

A política pública em saúde é vista como uma política ineficiente, com escassez de recurso e gestão. No entanto, o Sistema Único de Saúde possui ferramentas e diretrizes para traçar e garantir metas. Uma das principais ferramentas é a Auditoria em Saúde, pois a mesma é uma ferramenta muito importante para determinar o nível de uma gestão de qualidade, sendo uma fonte autônoma de informações, procurando garantir um sistema de excelência. Auditoria de qualidade interna refere-se a todas as áreas dos serviços ofertados, ocorrendo em todas as organizações e, nesse intuito, os auditores são treinados com esse propósito. Este texto procura demonstrar a importância e a viabilidade da Auditoria em Saúde para a Política Pública de Saúde Municipal. Num primeiro momento, o texto mostra um levantamento qualitativo na literatura referente à auditoria em saúde, buscando apresentar o papel e a importância da auditoria na gestão da saúde pública de nível local. Na sequência, o artigo apresenta alguns resultados provenientes de auditorias e as possibilidades de sua aplicação para aperfeiçoar o atendimento aos usuários. Fica reforçada, assim, a ideia de que a auditoria é uma das ferramentas mais eficazes no monitoramento de uma gestão de qualidade, pois quando bem avaliados é possível detectar a não conformidade dos serviços, especialmente, quando estes não são realizados por profissionais capacitados, que executem seus conhecimentos. A auditoria no âmbito de saúde deve priorizar os objetivos de manter o equilíbrio do sistema, assegurar a qualidade dos serviços prestados, proporcionar equidade no que tange o direito à saúde a todos, assegurar o cumprimento da legislação nacional, fazendo cumprir os princípios éticos e a defesa do usuário. A auditoria dispõe de um instrumento de avaliação sistemática que busca avaliar a qualidade dos serviços ofertados, sendo isso possível pela averiguação dos prontuários dos profissionais e dos requisitos observados pelo usuário. O presente estudo realça, portanto, a importância da auditoria na saúde sendo uma ferramenta que impulsiona o controle e a avaliação da gestão, propiciando uma base na tomada de decisão. Profissionais incluídos na auditoria são incumbidos de fiscalizar as aplicações dos recursos e as ações dos serviços de saúde prestados pela instituição, com atenção à análise dos processos e dos resultados. A conclusão remete à viabilidade da Auditoria em Saúde no âmbito local, bastando que sejam respeitados os parâmetros de competência da equipe de auditoria e a compreensão das demais instâncias da gestão e do corpo operacional sobre sua relevância e imprescindibilidade.

Palavras-chave: Auditoria em Saúde. Sistema Único de Saúde. Saúde Pública Municipal.

024 - DEPRESSÃO EM IDOSOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

Alcyr Leal Cândido, Janice Gusmão Ferreira de Andrade

Este estudo realizou uma análise a respeito da depressão em idosos em um serviço de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Assim, buscou descrever a frequência e o perfil sociodemográfico de idosos no município e responder a prevalência de idosos encontrados em uma microárea da unidade de Estratégia de Saúde da Família “BNH de Cima daquele município. A pesquisa foi realizada no banco de dados do sistema público de saúde do município, analisando o número de idosos diagnosticados com transtorno mental, com idade acima de 60 anos, no período de janeiro a maio de 2020 e no banco do IBGE para a análise quantidade de idosos. Os relatórios do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) de 2020, mostram que foram atendidos pela Atenção Básica de Saúde, aproximadamente 741 idosos na região, incluindo o sexo masculino e o feminino. Representativamente foram identificados 85 idosos com diagnóstico de depressão, ou seja, 11,47% dos idosos atendidos. Este estudo oferece, ainda, subsídios para o tratamento e prevenção deste agravo à saúde mental para uma população que tende a aumentar a cada dia.

Palavras chave: Política Pública. Política de Saúde. Idoso. Depressão. Transtorno Mental.

025 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Isabela Vilela Terra, Maressa Cristiane Malini de Lima

O processo de prestação de cuidados de saúde nos estabelecimentos de saúde gera resíduos e subprodutos que são de grande importância devido a seus potenciais riscos ambientais e à saúde pública. Este trabalho buscará identificar e avaliar as políticas públicas de gestão para o tratamento dos resíduos sólidos de saúde e as ações para a sua implementação em unidades básicas de saúde (UBS), a partir da percepção dos trabalhadores dessas UBS avaliadas. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo com análise quali e quantitativa com base em dados secundários, coletados em documento oficiais (Políticas Públicas de Gestão de Resíduos sólidos) e, dados primários, coletados junto aos trabalhadores por meio da aplicação de questionário. Serão estudadas quatro Unidades Básicas de saúde do Município de Presidente Kennedy, localizada no sul do estado do Espírito Santo. Essa pesquisa será baseada na Resolução 466/2, do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde, que normatiza pesquisa com os seres humanos. Os dados coletados na pesquisa da análise documental e nas entrevistas serão organizados e submetidos à análise e interpretação por meio da técnica de análise de conteúdo. Espera-se com este estudo conhecer a realidade da gestão de resíduos de serviços de saúde das UBS do município em estudo, bem como identificar a sua consonância com os padrões estabelecidos pela política pública de gestão de resíduos de saúde vigente no Brasil.

Palavras-chave: Resíduos de serviços de saúde. Gestão de Resíduos sólidos. Unidade Básica de saúde.

026 - UM OLHAR SOBRE O SERVIÇO DE REABILITAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UM MUNICÍPIO NO SUL DO ESPÍRITO SANTO

Juliana Peçanha Piassi, Maressa Cristiane Malini de Lima

Pessoas com deficiência enfrentam, no Brasil e no mundo, inúmeros obstáculos em sua trajetória em busca de melhoria na qualidade de vida, sofrendo preconceito, violação dos direitos e exclusão social, o que causa desgaste e prejuízos à sua saúde física e mental. A Atenção Primária é o principal meio de acesso aos serviços públicos de saúde de reabilitação. Este trabalho tem o objetivo de analisar os entraves enfrentados pela equipe multidisciplinar responsável pelo serviço de reabilitação de pessoas com deficiência na Rede de Atenção Básica e Especializada do município de Presidente Kennedy/ES à luz das diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, descritiva com base em dados secundários, coletados no DATASUS e, dados primários, coletados junto aos trabalhadores por meio da aplicação de questionário semiestruturado e em campo com auxílio de um roteiro de acessibilidade adaptado de Manuais de acessibilidade do Ministério da Saúde. A avaliação foi realizada em 5 Unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e no Centro de Fisioterapia da Secretaria de Saúde Municipal. Os resultados constataram= que a ingerência e/ou desconhecimento na aplicação de Políticas Públicas de Saúde voltadas para a efetividade e eficácia no processo de reabilitação de pessoas com deficiência na gestão de resultados, contradizem a real aplicabilidade entre a gestão pública de saúde e o que preconiza a “Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência” no município em tela.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Acesso aos serviços de saúde. Políticas Públicas de Saúde. Reabilitação. Atenção Primária à Saúde.

027 - ASPECTOS CLÍNICOS E DETERMINANTES SOCIAIS ASSOCIADOS A EVOLUÇÃO PARA ENCEFALOPATIA HIPÓXICO ISQUÊMICA EM RECÉM-NASCIDOS EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Maxwell Pena Wotikosky, Maressa Cristiane Malini de Lima

A encefalopatia hipóxico-isquêmica (EHI) é uma consequência da associação entre a hipóxia sanguínea e a isquemia tecidual. Esta associação, juntamente acompanhada de alterações metabólicas, resulta em manifestações clínicas secundárias ao comprometimento fisiológico ou estrutural, com disfunção múltipla de órgãos e presença de lesão cerebral grave e até a morte, configurando-se como um grave problema para os neonatologistas e para a saúde pública. O presente estudo tem como objetivo analisar a interface entre as Políticas Públicas de atenção à Saúde da gestante e as condições clínicas e epidemiológica de recém-nascidos com desfecho neurológico desfavorável em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) de referência no Sul do Espírito Santo. Trata-se de um estudo de corte retrospectivo, descritivo exploratório de caráter quantitativo que avaliará padrões clínicos e sociais, com dados coletados a partir de prontuários eletrônicos de recém-nascidos internados que evoluíram para o diagnóstico de Encefalopatia hipóxico isquêmica em uma UTIN em Cachoeiro de Itapemirim-ES. Espera-se com esse estudo conhecer a prevalência de recém-nascidos com evolução de EHI durante internação em UTIN e, conseqüentemente, aumentar o investimento em políticas públicas de promoção da saúde voltadas para a gestante no pré-natal bem como promover o nascimento seguro.

Palavras-chaves: Hipóxia-Isquemia Encefálica. Atenção à Saúde da Gestante. Recém-nascidos. Determinantes Sociais.

028 - A VIDA COM AME: DESAFIOS NO ACESSO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO EM SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DO SUL CAPIXABA

Milla Mayra Neto Fontana, Maressa Cristiane Malini de Lima

A atrofia muscular espinhal (AME) consiste em uma doença neuromuscular hereditária autossômica recessiva que resulta no processo de degeneração dos neurônios motores da medula espinhal. O acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento multiprofissional e medicamentoso é essencial para retardar o progresso da doença permitindo uma melhor qualidade de vida. O presente trabalho tem o objetivo de analisar os desafios enfrentados para o acesso ao sistema de saúde por um portador de Atrofia Muscular Espinhal (AME) em um município do sul capixaba. Trata-se de um estudo de caso de cunho documental. Será realizada a análise de uma biografia reflexiva redigida por um paciente com AME tipo III, moradora de um município de pequeno. Os dados coletados na pesquisa documental serão submetidos à análise e interpretação por meio da técnica de análise de conteúdo, de acordo com a metodologia proposta por Bardin. Espera-se com este estudo conhecer a realidade sobre as dificuldades de se viver com AME no município em estudo e contribuir para a gestão do município com dados que auxiliem na melhoria do acesso ao diagnóstico e tratamento de pacientes com AME.

Palavras-chave: Atrofia Muscular Espinhal (AME). Políticas Públicas de Saúde. Acesso aos Serviços de Saúde.

029 - A INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM FOCO NO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

Deivisson Souza Jordão, Maressa Cristiane Malini de Lima

A integralidade da assistência à saúde visa assegurar ao cidadão auxílio a todas as necessidades de saúde do ser humano, utilizando-se do Plano de Saúde para dirigir às áreas de atenção delimitadas a uma sociedade. Diante do questionamento sobre a utilização do Plano de Saúde para garantia da assistência a saúde, tem-se como objetivo desta pesquisa avaliar a garantia da integralidade da assistência à saúde estabelecida no Plano Municipal de Saúde de um município da região sul do Estado do Espírito Santo. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo de natureza qualitativa e quantitativa, com base em dados secundários e primários. Serão avaliados cinco documentos: as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do SUS; a consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; o Plano Municipal de Saúde; o Plano Anual de Saúde e o Relatório Anual de Gestão. Essa análise será realizada com auxílio de um roteiro de análise documental construído de acordo com os critérios propostos por Cellard (2008). Como resultado, espera-se contribuir com a formação da política pública de saúde, a fim de que as demandas e necessidades da sociedade sejam garantidas na perspectiva de seus direitos. Além de contribuir com a comunidade acadêmica e científica no aprofundamento do conhecimento sobre o tema em estudo.

Palavras-chave: Assistência Integral à Saúde. Planejamento em Saúde. Assistência à Saúde. Políticas Públicas de Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS).

030 - POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL DE PRESIDENTE KENNEDY-ES: REFLEXÕES A PARTIR DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

Priscilla de Sousa Araújo Jordão, Maressa Cristiane Malini de Lima

A assistência à saúde mental tem sido uma questão importante nas Políticas Públicas de Saúde no Brasil, uma vez que abrange diferentes níveis de atenção. Seguindo a diretriz de descentralização do SUS a qual compartilha o poder e a responsabilidade à cada esfera de governo, onde é determinado a cada uma a elaboração de um plano de saúde. Nesse contexto, este trabalho tem o objetivo de investigar a Política de Saúde Mental do município de Presidente Kennedy, levando em conta as diretrizes do SUS e o Plano Municipal de Saúde 2018-2021. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo de natureza quali e quantitativa, com base em dados secundários, coletados em documento oficiais e dados primários coletados do DATASUS. Essa análise será realizada com auxílio de um roteiro de análise documental construído de acordo com os critérios propostos por Cellard (2008). Os dados coletados na pesquisa de análise documental serão organizados e interpretados por meio da técnica de análise de conteúdo. Este estudo irá proporcionar, aos gestores e profissionais que atuam na assistência de saúde mental, o conhecimento científico de suas ações, podendo assim, identificar as possíveis falhas na implementação dos serviços. Almeja-se como resultado desta pesquisa, contribuir para que o Serviço de Saúde Mental do município, possa intervir com propostas oportunas pautadas na Política de Saúde Mental e que tais sejam executadas cumprindo os princípios e diretrizes do SUS.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde. Serviços de Saúde Mental. Transtornos Mentais. Implementação de Plano de Saúde.

031 - QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS PORTADORES DE LESÃO DEGENERATIVA DO OMBRO

David Victória Hoffmann Pádua, Maria Carlota de Rezende Coelho

Introdução: O envelhecimento populacional é uma questão social de significativa relevância e as Ciências Sociais em particular, apresentam-se desafiadas em criar soluções para o enfrentamento da questão do envelhecimento e velhice. No processo de envelhecimento, as alterações osteomusculares estão entre os problemas mais prevalentes tais como as doenças degenerativas do ombro. Estima-se que durante a vida pelo menos 67% das pessoas experimentará ao menos uma vez tal sintoma, que pode causar considerável desconforto, redução da capacidade de trabalho e qualidade de vida. A causa mais frequente de dor no ombro está relacionada a doença degenerativa do manguito rotador. **Objetivo:** Avaliar como as doenças crônico-degenerativas do ombro interferem na qualidade de vida e na capacidade de desenvolver atividades de vida diária dos idosos. **Metodologia:** O estudo foi realizado no ambulatório de Ortopedia do Hospital da Santa Casa de Misericórdia (HSCM) de Vitória, ES, Brasil onde foram selecionados pacientes idosos, ≥ 60 anos, que apresentam doenças degenerativas do ombro em período determinado. **Resultados:** Incluiu-se idosos (≥ 60 anos), de ambos os sexos, portadores de doenças degenerativas do ombro. Foram excluídos idosos com diagnóstico não finalizado por ausência de exames complementares, aqueles acometidos por múltiplas comorbidades ou doenças sistêmicas que acometem o ombro e não são de caráter crônico degenerativo, os portadores de sequelas decorrentes de traumas do ombro, além dos idosos incapazes por processos demenciais. Os pacientes selecionados foram avaliados através da aplicação dos questionários: demográficos; a versão brasileira do *World Health Organization Quality of Life* (WHOQOL-Bref) de QV da OMS; e a versão brasileira do *Shoulder Pain and Disability Index* (SPADI), o SPADI-Brasil. Quarenta e seis pacientes foram incluídos na pesquisa. Como resultados observou-se uma maior incidência no sexo feminino (69,56%). A idade de maior prevalência foi entre 60 e 65 anos (47,82%), seguida das idades compreendidas entre 66 e 70 anos (30,43%). Todos os pacientes da amostra apresentavam lesões do manguito rotador do ombro e houve majoritária ocorrência das lesões no tendão supraespinhoso, em associação ou não com os demais tendões, totalizando 95,65%. Para autoavaliação da QV houve uma perda em média de 36,89% do que poderia ser considerado máxima qualidade de vida. Para os Domínio Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio Ambiente a perda foi de 45,11%, 30,8%, 32,98% e 38,66% respectivamente. Quanto a avaliação funcional (SPADI-Brasil), a média de déficit funcional foi de 64,13% sendo a mínima pontuação 33,07% e a máxima 86,92%. Para a Escalas de Dor e Incapacidade, observou-se média de 71,13% e 59,75% respectivamente. Não houve associação estatisticamente significativa da qualidade de vida, escalas de avaliação funcional e gravidade da lesão. **Conclusão:** as doenças crônico-degenerativas do ombro em idosos podem impactar na qualidade de vida e na capacidade de desenvolver atividades de vida diária, embora essa perda na qualidade de vida não tenha relação direta com a gravidade da lesão.

Palavras-chave: Idoso. Doença crônica. Doença degenerativa. Ombro.

032 - SITUAÇÃO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA DE PRESIDENTE KENNEDY DE ACORDO COM O SISTEMA DE INDICADORES DE SAÚDE E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS

Keila Rossi Franzagua, Luciana Carrupt Machado Sogame

Introdução: A transição demográfica e o envelhecimento populacional é uma realidade mundial marcada pelo aumento da expectativa de vida. As Políticas públicas de atenção ao idoso são uma conquista e deveriam garantir um envelhecimento com dignidade e qualidade de vida. Para viabilizar o planejamento de ações dessas políticas é necessário a realização do diagnóstico situacional. **Objetivo:** conhecer a situação de saúde da população idosa do município de Presidente Kennedy (PK) por meio do Sistema de Indicadores de Saúde e o Acompanhamento de Políticas (SISAP-idoso). **Método:** pesquisa exploratória de natureza qualitativa e quantitativa com levantamento de dados dos anos de 2010 a 2019 do SISAP-idoso. Utilizou-se indicadores que permitiram avaliar os determinantes e a condição de saúde dos idosos de PK e do estado do Espírito Santo (ES). Os dados apresentados das taxas de mortalidade são referentes ao ano de 2018. **Resultados:** verificou-se que no ano 2019 o índice de envelhecimento foi de 68,04%, valores semelhantes ao ES (67,36%), com variação de 70,5% a 66,1% ao se considerar o sexo feminino e masculino, respectivamente. A proporção de idosos de PK entre 60 a 69 anos foi de 56,7% valores superiores a do ES (55,89%); ao se analisar essa proporção de PK, o sexo feminino apresentou 55,27% enquanto o masculino 58,15%. A proporção de idosos entre 60 e 74 anos apresentou valores próximos ao do ES (73,64% vs 73,69%). A razão de sexo entre idosos foi de 0,98% em PK enquanto no ES de 0,82%. A razão de dependência econômica em PK (53,58%) foi muito próxima a do ES. Ao se comparar as condições de saúde entre 2010 e 2019 verificou-se aumento da proporção de idosos com alguma deficiência (46,76% vs 74,95%); a proporção de idosos com deficiência motora foi de 19,19% para 43,07%. A taxa de mortalidade por doenças cardíacas hipertensivas foi de 314,14 enquanto no ES foi de 93,06; a taxa de mortalidade por acidente vascular cerebral de PK também foi superior ao do ES (188,68 vs 81,98). Verificou-se aumento para 42,86 na taxa de óbitos por Hipertensão e Doenças Associadas Considerados Evitáveis em PK, enquanto o ES apresentou valores de 28,87. **Conclusão:** A cidade de PK apresenta proporção de idosos entre 60 a 74 anos, índice de envelhecimento e de dependência econômica em valores próximos ao ES. Entretanto apresenta um aumento importante da proporção de idosos com deficiência física com destaque para a deficiência motora, da taxa de mortalidade por doenças cardíacas e por acidente vascular cerebral. Esses resultados apontam para a necessidade de se intensificar os programas de promoção e prevenção em saúde para a população idosa.

Palavras-chave: Idosos. Mortalidade. Envelhecimento. Saúde Pública. Política Pública.

033 - JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE FRENTE AO DEVER DO ESTADO EM MUNICÍPIO SUL CAPIXABA

Lara de Melo Viana, Gissele Carraro

O presente trabalho compõe a proposta de pesquisa de mestrado, que tem por finalidade analisar os processos de judicialização do direito fundamental à saúde frente ao dever de Estado, com o intuito de apreender suas implicações para o acesso universal e igualitário de todo (a) cidadão. A garantia dos direitos sociais declarados na Constituição Federal de 1988, entre os quais situa-se a saúde, se materializa por meio de um conjunto de políticas públicas, que modulam a oferta e o acesso a serviços, programas, projetos e benefícios. Essas se constituem em dever de prestação por parte do Estado, com o aval e controle da sociedade, visando a satisfação de necessidades sociais da população. Importa considerar que diante da divisão funcional do poder político do Estado, cabe ao poder legislativo criar e aprovar as leis que regulamentam as diferentes políticas públicas e fiscalizar o Executivo no exercício de suas funções, entre as quais está a formulação e execução de políticas públicas para a efetivação dos direitos sociais elencados no texto constitucional, sendo de responsabilidade deste último sua execução. Ao poder judiciário toca a responsabilidade de interpretar as leis e julgar os casos de acordo com as regras constitucionais e leis criadas pelo Legislativo, aplicando a lei a um caso concreto que resulta de um conflito de interesses, que, no caso da saúde, expressam necessidades sociais de titularidade individual e coletiva, que permeiam o asseguramento deste direito fundamental e na ausência de recursos para o seu atendimento. Sobre isso, o poder judiciário tem apresentado um papel de destaque dentre os demais poderes e, também, na vida cotidiana das pessoas, no que tange à concretização dos direitos fundamentais como a saúde para a população brasileira. Os processos de judicialização mostram-se conectados ao Poder Judiciário pelo fato de que aparecem como um importante instrumento para a efetivação de direitos, tais como determinar o fornecimento de medicamentos, procedimentos cirúrgicos, tratamentos médicos, vaga em U.T.I, entre outros, que são negados pela Secretaria da Saúde dos municípios, estados, hospitais e pelo poder executivo como um todo. Dito de outro modo, recorre-se ao poder judiciário para arbitrar os conflitos produzidos pelo descompasso entre o reconhecimento dos direitos sociais e a capacidade do Estado, através do poder executivo assegurar sua materialização. Merece ser pontuado também, que a judicialização, ao mesmo tempo, garante o acesso à saúde, reforça a dicotomia existente na relação entre os direitos individuais e os direitos coletivos, uma vez que atende a uma demanda particular de um (a) cidadão(ã), em detrimento da coletividade, considerando que a sociedade, como um todo, tem a garantia constitucional a qual descreve que esses devem ser exercidos de forma universal, igualitária e gratuita. Trata-se de uma contradição, porque embora a Constituição Federal garanta esse direito, na prática, pode-se observar que a sociedade não tem essa garantia efetivamente a medida em que há a negativa por parte do órgão público do poder executivo, quando há um liame, a via escolhida é o judiciário. O STF inclusive tem pacificado o entendimento de que a responsabilidade é solidária entre os entes federados, ou seja, Município, Estado e União, *em decorrência da competência comum, responder demandas prestacionais na área da saúde diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização*. Diante do crescente volume de processos judiciais e o representativo dispêndio de recursos públicos decorrente disso, o Conselho Nacional de Justiça criou, em 2009, um Grupo de Trabalho designado, através da Portaria nº 650, de 20 de novembro de 2009, do Ministro Presidente do Conselho Nacional de Justiça, para proceder a estudos e propor medidas que visem a aperfeiçoar a prestação jurisdicional em matéria de assistência à saúde. Esse grupo formulou a Recomendação nº 31, de 30 de março de 2010, a qual orienta aos Tribunais a adoção de medidas visando a melhor subsidiar os magistrados e demais operadores do direito, para

assegurar maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde. Além disso, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução nº 107, de 6 de abril de 2010, que instituiu o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde. Este Fórum tem como atribuição elaborar estudos e propor medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento de procedimentos, o reforço à efetividade dos processos judiciais e à prevenção de novos conflitos, viabilizando o diálogo entre os Sistemas de Justiça e o Sistema Único de Saúde. Finalmente, cumpre dizer que os processos de judicialização não podem ser apreendidos sem uma análise dos impactos do receituário neoliberal na política pública de saúde, expressos na retração e perda de direitos, na mercantilização, no financiamento regressivo e aquém das necessidades sociais da população, culminando na escassez da oferta de serviços, na crescente demanda reprimida e na falta de acesso da população, sem contar a diminuição do papel do Estado na área social para atender aos interesses do capital. De modo consequente, atinge o Sistema Único de Saúde, comprometendo a organização dos serviços e ações, ocorrendo com isso, a judicialização, que transfere para o juiz, o poder de deliberar sobre matérias da política pública de saúde. Sendo assim, o poder judiciário decide como aplicar e para quem, ao invés de ser feito de modo global e de maneira consensual para atender aos interesses da coletividade e assegurar o atendimento das necessidades sociais.

Palavras-chave:

034 - DESAFIOS PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE EM UM MUNICÍPIO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

Brenda Carvalho Damascena, Roberta Ribeiro Batista Barbosa, Solange Rodrigues da Costa

A dengue é a principal arbovirose que atinge o homem na atualidade. No Brasil, os arbovírus encontraram ambiente favorável, pois o clima tropical e subtropical favorece a proliferação dos vetores, especialmente o *Aedes Aegypti*, sendo o Espírito Santo, estado da região Sudeste um dos mais afetados pelas arboviroses com aumento significativo no número de casos. A prevenção e controle da dengue é feita através do cuidado com a multiplicação do vetor *aedes aegypti*, causador da doença e se torna tão complexa pois compreende melhorias na infraestrutura dos municípios, no saneamento básico, sistema de distribuição de águas, esgotos sanitários, aterros sanitários e coletas de lixo regulares. Além de evidenciar a educação em saúde para conscientização e mobilização da população para o cuidado com seus domicílios. Por ser uma atividade a nível multisetorial, nota-se a dificuldade em colocar em prática a prevenção e controle da dengue, visto que precisa da colaboração e interação de vários setores da comunidade (GONÇALVES et al., 2020). Surge em 2020 o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), maior política de prevenção e controle da doença, que tem como objetivos, reduzir a infestação pelo *Aedes aegypti*, a incidência da dengue e a letalidade por febre hemorrágica de dengue (FERREIRA; VERAS; SILVA, 2009). Mediante ao exposto o objetivo deste estudo é conhecer os desafios enfrentados pelo município de Nova Venécia frente à prevenção e controle da dengue, sob a visão dos profissionais de saúde, identificar os fatores que dificultam a prevenção e o controle da dengue no município e descrever possíveis estratégias a serem adotadas pelo município para a superação desses desafios enfrentados. Trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. Foram incluídos na pesquisa os atores institucionais responsáveis pelo planejamento de estratégias, bem como aqueles que executam ações para o enfrentamento das arboviroses nesse município: gerente de vigilância em saúde, coordenador da vigilância epidemiológica, profissional da vigilância epidemiológica, profissional da vigilância ambiental, gerente do serviço de zoonoses e coordenador da vigilância ambiental. Os dados serão obtidos por meio de entrevista semiestruturada e analisados através da técnica de Análise Textual Discursiva (ATD), abordagem que transita entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. Espera-se que o conhecimento dos principais desafios para a prevenção e controle da dengue, seja possível, subsidiar as ações que poderão ser adotadas pelo município em seu planejamento estratégico. Sendo assim, este trabalho contribuirá com o município no enfrentamento da Dengue, diminuindo as consequências causadas pela doença na população local.

Palavras-chave: Arboviroses. Dengue. Epidemiologia. Vigilância Epidemiológica. Saúde Coletiva.

035 - ACESSO AO TRATAMENTO ONCOLÓGICO DE PACIENTES COM CÂNCER COLORRETAL ATENDIDOS EM HOSPITAL DE REFERÊNCIA DA REGIÃO SUL-CAPIXABA

*Jose Zago Pulido, Sabina Bandeira Aleixo, Luciana Carrupt Machado
Sogame*

O câncer é uma doença de alta incidência no mundo. As estimativas são de que 1 em cada 5 homens e 1 em cada 6 mulheres irão desenvolver câncer ao longo da vida. É também uma doença de alta mortalidade global, sendo a segunda causa de morte por doença no mundo. Diversos estudos evidenciam que a mortalidade elevada tem relação com o tempo entre o diagnóstico e o início do tratamento oncológico, que deve ser o menor possível para um desfecho favorável. Nesse contexto, uma questão sempre debatida no Brasil é a dificuldade de acesso aos tratamentos já que a demora entre o diagnóstico e o início do tratamento agrava a doença. Neste estudo pretende-se analisar o acesso de pacientes com câncer colorretal que buscam atendimento em hospital de referência para tratamento na região sul-capixaba. Trata-se de estudo retrospectivo que utilizou pacientes cadastrados no Sistema de Informação de Saúde – SISRHC de hospital referência no tratamento de câncer na região sul-capixaba no período de 2010 a 2017. Foram coletadas informações para caracterizar o perfil demográfico dos pacientes; identificar a localização do câncer no colon ou reto e os tempos médios entre o diagnóstico de neoplasia maligna e o primeiro tratamento oncológico (quimioterapia, cirurgia, radioterapia). O preconizado é que este tempo seja de no máximo 60 dias conforme determina a Lei 12.732 (Lei dos 60 dias) em vigor no Brasil desde 2013. Realizou-se análise descritiva e aplicou-se o Teste do Quiquadrado para verificar a associação das variáveis estudadas e o desfecho considerado o início do tratamento (tempo com até 60 dias). Neste período foram identificados 676 casos novos de câncer colorretal e foram incluídos 575 casos que possuíam informações completas registradas no cadastro. Verificou-se que 71% dos casos receberam primeiro tratamento em até 60 dias. A maioria eram homens (53%), com idade entre 51 a 80 anos (71%), brancos (49%), não tabagista e etilista (52% e 57%), com ensino fundamental (46%) e com o câncer na região do cólon (65%). A variável sociodemográfica associada ao tempo entre o diagnóstico e o início do tratamento foi a faixa etária entre 18 a 50 anos ($p=0,028$) e a variável clínica foi a localização do tumor no cólon ($p=0,009$). Conclui-se que para melhorar este índice de 71% as principais ações devem ocorrer nos pacientes acima de 50 anos de idade, que é a faixa etária de maior incidência do câncer colorretal, e nos casos de câncer CID C20 (reto) por serem as populações onde se concentraram os casos com maior ocorrência de tratamento em período ≥ 60 dias.

Palavras-chave: Acesso. Tratamento. Câncer colorretal. Lei dos 60 dias.

036 - IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE RASTREAMENTO DE MULHERES COM CANCER DE COLO UTERINO

Sabina Bandeira Aleixo, Jose Zago Pulido, Luciana Carrupt Machado Sogame

O câncer de colo de útero ocupa a sétima posição entre todos os tipos de câncer mundialmente e a quarta posição na população feminina. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) ocorrem aproximadamente 530 mil casos novos dessa doença por ano no mundo excetuando-se os casos de pele não melanoma e é a quarta causa mais frequente de morte por câncer em mulheres. A incidência desta neoplasia caiu drasticamente nos países desenvolvidos após implantação de programas de rastreamento efetivos. Neste estudo pretende-se refletir sobre a importância da implantação do programa de rastreamento de mulheres com câncer de colo de útero. Para tanto realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados do período 2010 a 2020 nos idiomas português e inglês, com os seguintes descritores: câncer colo de útero, rastreamento, diagnóstico tardio e políticas públicas. Como resultado verificou-se que atualmente 90% das mortes por câncer de colo de útero ocorrem em países de baixa e média renda. A alta taxa de mortalidade desse tipo de câncer pode ser reduzida através de uma abordagem abrangente que inclua prevenção, diagnóstico precoce, triagem efetiva e programas de tratamento adequado. Embora o Brasil tenha sido um dos primeiros países a implantar políticas públicas para rastreamento desta neoplasia e utilizar a colposcopia associada ao exame citopatológico cervico-vaginal (exame Papanicolaou) para a detecção precoce do câncer de colo do útero as taxas de incidência estimada e de mortalidade apresentam valores elevadas, quando comparadas às de países desenvolvidos com programas de detecção precoce bem estruturados. Além disso, o diagnóstico do câncer do colo do útero ocorre tardiamente em 70,6% dos casos, sendo que, além do tipo histológico, as disparidades socioeconômicas presentes nos países, estão associadas ao estágio avançado da doença. Para o controle dessa doença, o acesso em tempo ao hábil aos serviços de saúde é fundamental além da prevenção primária relacionada à diminuição do risco de contágio pelo papilomavírus humano (HPV). Diversos estudos evidenciam que a mortalidade elevada tem relação com o tempo entre o diagnóstico e o início do tratamento oncológico, que deve ser o menor possível para um desfecho favorável. Como conclusão tem-se que as mulheres no Brasil com câncer de colo de útero são a sua maioria assistidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), não fazem o diagnóstico nas fases iniciais da doença, possuem baixa escolaridade e são afrodescendentes. Nesse contexto, uma questão sempre debatida no Brasil é a dificuldade de acesso aos tratamentos da população mais vulnerável da sociedade onde as políticas públicas não conseguem mudar a realidade.

Palavras-chave: Câncer colo de útero. Rastreamento. Diagnóstico tardio. Políticas públicas.

037 - ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL EM MUNICÍPIO PEQUENO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UM CAPS

Patricia da Cruz Bento Gava, Silvia Moreira Trugilho

O movimento internacional de reforma psiquiátrica influenciou na elaboração da política nacional de saúde mental no Brasil. Atualmente a saúde mental no território brasileiro está fundamentada na atenção psicossocial e na organização de serviços e práticas de cuidado centrado na comunidade e no território para atenção às pessoas com transtorno psíquico. No Brasil, a Política Nacional de Saúde Mental foi criada a partir da Lei 10.216 de 06/04/2001 e embora outras leis e movimentos tenham colaborado na estruturação desta Lei, ela é considerada o marco da instauração da Política de Saúde Mental no país. Esta Lei dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, além de redirecionar o modelo assistencial em saúde mental. A atenção a ser ofertada à pessoa com transtorno mental deve estar centrada no sujeito, considerando os aspectos objetivos e subjetivos de sua existência, inerentes às suas condições de vida e relações sociais. Para tanto, a pessoa em sofrimento mental deve receber atenção em saúde preferencialmente a partir uma rede de serviços constituída interdisciplinar e intersetorialmente que possa responder suas múltiplas demandas e complexidades presentes na atenção em saúde mental. Com base nessas considerações vem-se desenvolvendo um estudo com o objetivo de analisar o processo de implantação e funcionamento de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em um município de pequeno porte situado no interior do estado do Espírito Santo, com vistas a desvelar os desafios e as perspectivas para a efetivação da política de saúde mental no município. A coleta de dados compreendeu a realização de entrevistas semiestruturadas, associadas à técnica de análise documental e o tratamento dos dados obtidos vem se realizando pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados analisados até o momento revelam que o CAPS é notório tanto para metrópoles quanto para municípios pequenos. No entanto, para a obtenção de maior resolutividade na atenção em saúde mental é necessário a articulação de ações em rede com articulação intrasetorial e intersetorial, assim como investimento em capacitação profissional, sendo esta última uma demanda dos profissionais do CAPS do município. Quanto aos desafios apontados pelos participantes do estudo, estes estão relacionados à sensibilização dos profissionais que atuam na atenção básica no município quanto à atenção às pessoas com transtorno mental, a tensão entre os setores na municipalidade quanto à linha de atenção à pessoa em sofrimento mental. No entanto, ressalta-se que o grande desafio posto na contemporaneidade para a atenção em saúde mental no Brasil está radicado no ascenso do conservadorismo, que vem produzindo desmonte das conquistas decorrentes do Movimento de Reforma Sanitária, produzindo retrocesso na atenção em saúde mental.

Palavras-chave: Saúde mental. Política pública. Psicossocial.

038 - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE: LIMITES E DESAFIOS

Micheline de Almeida Terra Melo, Janice Gusmão Ferreira de Andrade

Introdução: A violência contra a mulher é um fenômeno mundial que compreendemos como uma expressão da questão social no âmbito do capitalismo contemporâneo. Requer para seu enfrentamento implementação de serviços e políticas públicas que venham oferecer assistência às mulheres em situação de violência. **Objetivos:** Analisar como se configura o atendimento à mulher vítima de violência no âmbito do CREAS. E como objetivos específicos: Identificar o perfil da mulher vítima de violência atendida pelo CREAS de Presidente Kennedy no ano de 2019. Verificar as situações de violências vivenciadas pelas mulheres acompanhadas no CREAS de Presidente Kennedy. **Método:** Trata-se de uma pesquisa documental de abordagem qualitativa. A base de dados constitui-se de dados cadastrais das mulheres vítimas de violência atendidas pelo CREAS-PK, registros de Boletins de ocorrência da delegacia municipal. **Resultados:** Os resultados obtidos demonstram que a violência contra a mulher no município se assemelha com demais dados no país e do Estado, como também indicaram os procedimentos realizados pelo Poder Público na resolutividade dessas situações. As entrevistas realizadas no CREAS indicam como essas mulheres estão vivenciando a violência em suas vidas e como buscam alternativas para enfrentar a realidade que são inseridas. **Conclusão:** concluímos que os dados coletados ao longo do estudo não são apenas números, mais vidas que são subjugadas ao mundo da violência contra a mulher, e que para conseguir mudanças reais é necessária mudança no processo educativo e cultural da população, bem como maior investimento em Políticas Públicas capazes de reduzir a violência doméstica.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Violência. Femicídio.

039 - ACESSO A MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS: ANÁLISE À LUZ DE UM RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO SUS

Daniel Antunes Campos de Sousa, Italla Maria Pinheiro Bezerra

INTRODUÇÃO: A partir da entrada em vigor da Lei n. 12.401/11, cabe à CONITEC (Comissão de Incorporação de Novas Tecnologias no SUS) elaborar relatório que leve em conta as evidências científicas existentes sobre a eficácia, acurácia, efetividade e segurança proporcionadas pelos medicamentos, o que muitos especialistas em Direito da Saúde entendem como a incorporação da Medicina Baseada em Evidências ao ordenamento jurídico brasileiro. Nesse contexto, a CONITEC, em sessão realizada em 04/10/2018, recomendou a não incorporação da Pirfenidona para o tratamento de fibrose pulmonar idiopática. **OBJETIVO:** Analisar as decisões colegiadas proferidas no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em que houve requerimento do medicamento Pirfenidona para o tratamento de fibrose pulmonar idiopática no âmbito do SUS, a partir de recursos cuja origem seja sentença de mérito (apelações cíveis e/ou reexames necessários). **MÉTODO:** Trata-se de estudo documental descritivo, com utilização da pesquisa de jurisprudência disponibilizada no sítio eletrônico do TJMG, no período de 2012 (ano seguinte à entrada em vigor da Lei n. 12.401/11) a 2020. Serão objeto de estudo apenas apelações cíveis e remessas necessárias, na medida em que há cognição exauriente anterior à prolação dos acórdãos, a permitir análise minuciosa das provas levadas ao processo. **RESULTADO:** Em 86% dos casos analisados, os acórdãos desconsideraram a fundamentação técnico-científica representada pelo relatório da CONITEC e determinaram o fornecimento do fármaco ao requerente com base, apenas, em fundamentos técnico-jurídicos, a partir de atestados e relatórios do médico que acompanha o requerente. **CONCLUSÃO:** Os relatórios da CONITEC deveriam preponderar quando da tomada de decisões judiciais relativas a fornecimento de medicamentos, tendo em vista haver expressa determinação legal nesse sentido e por se tratar de documento produzido com base em evidências científicas e com a participação de vários expoentes da área de saúde. Decisões em desacordo com tais relatórios tem impacto negativo na política pública de fornecimento de medicamentos, na medida em que aumentam o custo do sistema sem o devido apoio em evidências científicas.

Palavras-chave: Medicina Baseada em Evidências. Decisões Judiciais. Acórdão.

040 - CONCEPÇÕES SOCIAIS SOBRE A UTILIZAÇÃO DE UM PARQUE URBANO EM PRESIDENTE KENNEDY, ES, REFERENTE AO SIMPÓSIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Leonardo Furquim Fernandes, Gissele Carraro

Os parques urbanos são imprescindíveis para o desenvolvimento humano, pois favorecem a realização de atividades físicas, a qualidade de vida e, por conseguinte, a saúde mental. A inserção de parques urbanos nas comunidades demanda a participação dela no processo de sua idealização e construção. Nesse sentido, este estudo objetivou analisar as concepções sociais sobre a construção e utilização de um parque urbano na comunidade de São Paulo, em Presidente Kennedy, ES, e mais especificamente, identificar os principais aspectos que devem estar presentes em um parque urbano e analisar os principais aspectos inerentes à utilização do parque urbano pelos participantes. Foi realizada pesquisa qualitativa fundamentada em perspectiva etnográfica, com utilização de diários de campo e entrevistas com roteiro semiestruturado. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo Temática, possibilitando sete categorias temáticas: construção do parque; lazer; esporte; família; natureza; atividades realizadas nas horas vagas; e problemas de um parque urbano. A discussão dessas informações situou o lazer como principal aspecto neste contexto, sinalizando para a urgência de sua democratização. O lazer se articula a diversos aspectos benéficos ao cotidiano, devendo ser valorizado como política pública constituída de ações e equipamentos direcionados à diversidade de públicos. Aqui se sugere que este trabalho seja divulgado em esferas públicas, em contextos sobre desenvolvimento das cidades, desenvolvimento humano, alternativas de enfrentamento a problemas sociais, entre outros. A divulgação em formato de devolutiva para os moradores, ou informativo para a população, marcaria o seu florescimento, contagiando diferentes atores, como políticos, acadêmicos e habitantes da cidade, na criação de espaços urbanos de lazer.

Palavras-chave: Concepções Sociais. Parques urbanos. Desenvolvimento Humano.

041 - ATRASOS DAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY: UM DESAFIO PARA O GESTOR PÚBLICO

Maria Andressa Fonseca Silva Freire, Helder Gomes

As obras públicas compreendem os programas que mais provocam inquietação da sociedade que tem interesse em acompanhar as decisões tomadas pela Administração. Isso ocorre porque no Brasil há pouco investimento em obras públicas de infraestrutura e muitas dessas obras encontram-se atrasadas e paralisadas. Assim, esse texto traz um estudo realizado, com o objetivo de demonstrar as causas dos atrasos e paralisações das obras públicas, em especial no município de Presidente Kennedy-ES que, embora tenha uma elevada receita em caixa, resultante de repasses oriundos de compensação (royalties) por extração de petróleo, também possui diversas obras em atraso e paralisadas. Em todo o país, atrasos e paralisações de obras acabam tendo como consequência a edição de inúmeros aditivos contratuais, com a finalidade de efetivação de acréscimos e supressões no contrato, que são conhecidas como alterações quantitativas e qualitativas. Diante disto, os órgãos fiscalizadores vêm exercendo maior controle sobre a atuação dos gestores quanto à eficácia das obras públicas. No Estado do Espírito Santo, o Tribunal de Contas, realiza a fiscalização em todos os municípios, cujos resultados são disponibilizados no portal Geo-Obras, permitindo que os interessados acompanhem, de forma online, a situação de cada obra contratada pelos entes públicos, de norte a sul do estado. Deste modo, de acordo com os dados disponibilizados, no período de 2015 a 2019, o Município de Presidente Kennedy realizou 83 contratações de obras públicas, sendo que neste mesmo período, cerca de 15 obras foram paralisadas por motivos diversos, correspondendo aproximadamente 18 % dos contratos. Além das paralisações, também tem sido comum o não cumprimento do prazo de conclusão das obras por diversos fatores, dentre os quais se destacam: a ausência de planejamento fidedigno da obra, que atenda a real necessidade da obra; a falta de estudos fundamentais na etapa do projeto básico; e a necessidade de adequações e/ou adaptações no projeto básico/executivo. Conforme apontado, os principais motivos que ensejam os atrasos e paralisações das obras públicas estão relacionados à etapa que antecede a contratação e execução da obra, sendo constatado que, em especial os projetos básicos e/ou de execução, carecem de estudos técnicos preliminares, que contenha todos os elementos para subsidiar a elaboração do projeto e a execução da obra. Assim, verifica-se que os gestores estão diante de um grande desafio, uma vez que os atrasos e paralisações, na maioria das vezes estão relacionados a fatores internos da Administração, mas que não dependem apenas da ação do gestor, uma vez que foram identificados diversos fatores relacionados à área técnica da engenharia.

Palavras-chave: Obras públicas. Atrasos e paralisações. Projetos básicos e/ou de execução.

042 - PARÂMETROS DO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE RAÇÃO E OS DEMAIS POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Renato Carlos Gomes, Helder Gomes

Este texto tem como objetivo apresentar análise sobre a possibilidade de replicar algumas das experiências exitosas da execução do Programa de Distribuição de Ração Balanceada Farelada para viabilizar outros programas de desenvolvimento agropecuário em Presidente Kennedy-ES. Resulta de estudo desenvolvido por meio de pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, com análise documental nas leis e decretos municipais, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca. Além do programa de ração farelada, foram analisados sete programas destinados a beneficiar os produtores rurais, identificando carências, limites e potencialidades de se tornarem elementos dentro de uma política pública geral. Os resultados demonstraram que, apesar de ser considerado exitoso, o programa de ração farelada não atende a todos os aspectos que uma política de desenvolvimento demanda, não possuindo metas qualitativas e quantitativas, critério de temporalidade e não se articulando com instituições que poderiam oferecer assistência técnica aos beneficiários. Apesar de ser considerado exitoso, observou-se que o programa de ração farelada não atende a todos os aspectos que uma política de desenvolvimento demanda, não possuindo metas qualitativas e quantitativas, critério de temporalidade e não se articulando com instituições que poderiam oferecer assistência técnica aos beneficiários. Outro aspecto que pode ser observado é a falta de parcerias com instituições, que poderiam oferecer assistência técnica aos beneficiários para que possam superar as fragilidades existentes. Os produtores locais devem ser encorajados a olhar para os setores de crescimento potencial e nichos de mercado exploráveis, embora em algumas localidades possa ser necessário melhorar as comunicações, infraestrutura, incluindo tecnologia da informação e ligações de transporte. Entretanto, apesar das questões citadas, o programa tem se mostrado efetivo para o aumento da produção leiteira, sendo importante analisar quais desses aspectos positivos podem servir de exemplo para outros programas que, por vezes, apesar de estabelecidos em decretos não foram viabilizados na prática ou que não apresentam a mesma eficácia. Outro aspecto não observado nos programas analisados se refere à promoção da transformação produtiva agroindustrial, cadeias de comercialização de produtos agrícolas, para que os produtores obtenham rendimentos melhores e mais estáveis, haja vista que toda a produção agrícola e leiteira do município é vendida in natura, portanto, seus preços são inferiores aos produtos processados. Esta ação também demanda uma boa assistência técnica, que pode ser instituída por meio das parcerias com instituições, lembrando que em breve o município passará a contar com um campus Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e que este contará com a gestão municipal para a cessão de terreno e viabilização da obra. Sendo assim, cursos voltados à melhoria agropecuária podem ser sugeridos, tornando-se uma contribuição valiosa para o desenvolvimento local. Concluiu-se que os programas existentes apresentam carência de elementos considerados essenciais, tais como metas qualitativas e quantitativas, contrapartidas dos produtores, benefícios esperados e definição do prazo e o tempo de duração das ações, o que leva a Gestão a mantê-los indefinidamente, sem que apresentem resultados efetivos para o desenvolvimento local, sendo ações pontuais, desligadas de um programa mais abrangente.

Palavras-chave: Políticas públicas. Desenvolvimento local. Agropecuária.

043 - FRAGILIDADES DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA PARA FINANCIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

Edilene Paz dos Santos, Helder Gomes

Este artigo se refere à Gestão Tributária no Município de Presidente Kennedy-ES. O texto tem por finalidade abordar a relevância da gestão tributária própria para o desenvolvimento do Município de Presidente Kennedy, fazendo uma análise das ações que objetivem a arrecadação de tributos municipais, face à importância destes para o fomento dos serviços públicos. O Município de Presidente Kennedy se enquadra no perfil da maioria dos municípios brasileiros, que possuem receita própria precária e economia pouco expressiva, com isso, são dependentes das receitas oriundas de transferências da União e do Estado. Deste modo, entende-se que os tributos municipais são a principal fonte de receitas dos municípios brasileiros e possuem grande importância social, vez que permitem o cumprimento das políticas públicas em âmbito local, cabendo então aos Gestores a preocupação com a arrecadação, visto que contribuem para o aumento da receita, disponibilizando recursos para a garantia das políticas públicas essenciais. A competência dos municípios para instituir tributos, está descrita no artigo 145 da Constituição Federal, sendo compreendidos em Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (BRASIL, 1988). O estudo revelou que, no Município de Presidente Kennedy, a arrecadação tributária própria recente não ultrapassou o patamar de 5% do total da receita corrente anual, em cuja composição predomina a participação das Transferências Constitucionais, relativas aos repasses advindos da compensação financeira comumente chamada de royalties do petróleo. Dados evidenciaram que, entre os anos de 2010 a 2013, a arrecadação dos royalties foi responsável por cerca de 50 a 60% do total das despesas realizadas para aqueles anos, já nos anos de 2015 a 2018, o total de gastos custeados com os recursos dos royalties representaram de 70% a 83% do total das despesas orçamentárias. Assim, o artigo trata da análise do impacto que a arrecadação dos tributos de competência municipal possui no orçamento, visando o desenvolvimento local, tendo por resultado a demonstração dos fatores que interferem na arrecadação dos tributos em âmbito municipal, seja em relação à estrutura organizacional, face a ausência de estrutura na Secretaria Municipal de Fazenda, divergências nos dados cadastrais constantes no sistema de software da DAT, bem como ausência de cadastros fidedignos, o que dificulta a arrecadação dos tributos. Dados apurados indicam que a gestão tributária municipal é ineficiente nos processos de fiscalização, uma vez que, não ocorre habitualmente ações de fiscalização aos contribuintes municipais. Deste modo, ao final do trabalho são sugeridas medidas que tendem a auxiliar à gestão no aumento da arrecadação tributária própria, reduzindo a dependência do Município as transferências da União e do Estado, a fim de permitir autonomia do Município em termos de recursos próprios para o financiamento das políticas públicas voltadas à saúde, à educação e à infraestrutura.

Palavras-chave: Gestão Tributária. Competência Municipal. Desenvolvimento Local.

